

Gilvanildo Klebson Mendes Ferreira

Museólogo - UFPE, número de registro: 0415.I
Especialista em Museus Comunitários - CEMIC/FUNDAJ
Mestre e Doutorando em Antropologia - PPGA/UFPE
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4348590137271886>
(81) 9 9949-9386

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PRODUTO II E ATIVIDADES I E II
CONSULTORIA INDIVIDUAL DA UNESCO - PROJETO 914BRZ1152

Recife, agosto de 2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
2	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	04
3	A INVESTIGAÇÃO DA COLEÇÃO INDÍGENA DE 2008	05
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ETNIAS INDÍGENAS	09
5	A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA COLEÇÃO INDÍGENA DE 2008	15
6	SUBSÍDIOS PARA A COMUNICAÇÃO EXPOGRÁFICA DA COLEÇÃO INDÍGENA NO MUHNE	19
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
8	DIAGNÓSTICO DA COLEÇÃO DE ARTEFATOS DO MUHNE	29

1 INTRODUÇÃO

Este documento consiste na apresentação do relatório preliminar da consultoria individual do projeto 914BRZ1152, “Educação de qualidade no Brasil: Por uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com oportunidades de aprendizagem para todos”. A consultoria especializada teve como objetivo desenvolver estudos subsidiários ao processo de elaboração do protocolo expositivo da coleção indígena pertencente a Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

O segundo produto a ser entregue, visou identificar o conjunto de objetos da coleção relativa aos povos indígenas do Nordeste adquirido pelo Museu do Homem do Nordeste - Muhne em 2008, em áreas indígenas dos estados de Alagoas (Xukuru-Kariri), Sergipe (Xokó), Bahia (Pankararé e Tuxá) e Pernambuco (Fulni-ô, Xucuru, Pankararu e Truká), considerando a descrição da peça, a identificação por povo, os usos e significados socio-simbólicos e o material utilizado para a confecção; além de realizar o registro fotográfico de todos os itens para compor o relatório de identificação.

O termo de referência considerava que na coleção indígena adquirida em 2008 pelo Muhne havia 131 objetos. A sinalização também era que os objetos seriam provenientes de sete etnias indígenas. Com a investigação finalizada, o número de objetos foi atualizado para 195 e a quantidade de etnias indígenas representadas pela coleção continuou sendo sete. No entanto, não foi encontrado nenhum objeto pertencente ao povo Xokó, do estado de Sergipe, mas do povo Tuxá, do estado da Bahia, que não constava anteriormente. Foram identificados, além disso, 09 objetos adquiridos pelo Muhne ao longo das décadas de 1960 a 1990. Essas peças, não provenientes da coleção de 2008, estavam na reserva técnica do Museu e na exposição de longa duração, e a não localização anterior é consequência da não atualização da documentação da coleção indígena. Portanto, o segundo produto analisou 203 objetos, sendo:

OBJETOS ANALISADOS	
Coleção indígena 2008	194
Coleção indígena 1960-1990	09
Total	203

As informações coletadas através da investigação minuciosa efetuada por esta consultoria produziram conhecimento sobre os aspectos antropológicos da coleção, origem, usos e significados dos objetos, sejam referentes ao tratamento físico-químico de preservação como também simbólico para o processo de musealização, incluindo os aspectos sócio-histórico, a análise da relevância da aquisição para o Museu do Homem do Nordeste, o contexto histórico e institucional da aquisição e parecer para subsidiar os interesses mais contemporâneos da comunicação museológica de coleções indígenas à nível regional.

2 METODOLOGIA

Os itens da coleção indígena de 2008 presente no Muhne foram analisados presencialmente, por meio de visitas técnicas e com total colaboração dos servidores e funcionários terceirizados, entre os dias 19 de junho a 01 de agosto de 2024. Como ferramentas de consulta institucional, foram acessados dados relativos aos itens na base de dados digitais Sophia e Isis, na plataforma Villa Digital, nos metadados presentes no Cehibra e no catálogo físico de objetos do Muhne.

Também foram consultados o portal do Instituto Socioambiental – ISA, que possui o maior acervo digital sobre povos indígenas, populações tradicionais e áreas protegidas do Brasil; a Biblioteca Curt Nimuendajú, da Fundação Nacional do Índio - Funai, que é especializada em temas sobre as populações indígenas do Brasil, política indigenista e questões ambientais em terras indígenas, contando com uma coleção de cerca de 50 mil registros, entre livros, folhetos, periódicos, coleção de recortes de jornais, obras de referência, monografias, dissertações e teses; a Coleção Virtual Carlos Estevão de Oliveira, que possui de 1.200 fotografias, colecionadas entre 1909 e 1947, e 2.250 objetos de 59 povos indígenas; e o Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil¹, organizado pelo Museu do Índio, desenvolvido com o objetivo de unificar a linguagem informacional facilitando, assim, o processo de comunicação entre os diferentes acervos do Museu.

Além da pesquisa sócio-histórica e antropológica, todo o material passou por detalhado processo descritivo, com o intuito de garantir termos e grafias étnicas precisas, resguardando

¹ “Thesaurus é um instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos/objetos, funcionando como um sistema internamente consistente de classificação e denominação de artefatos. Trata -se, portanto, de recurso metodológico fundamental para o processamento técnico de acervos museológicos” (CÂNDIDO, 2006, p. 38).

a postura ontologicamente ética da compreensão representativa do Outro. A investigação se baseou em determinados conceitos técnicos estabelecidos, como convenções e padronização de conteúdos e linguagens. A definição de regras e rotinas garante o fácil acesso, controle e manutenção do sistema em uso. A compreensão e exatidão dos dados, isto é, as informações sobre os objetos, devem ser, demasiadamente, as mais explícitas possíveis, assim como completas (FERREZ, 1994).

Também foram realizados contatos com indígenas e indigenistas com quem este consultor mantém *mailing-list*, aliada a expertise enquanto pesquisador que trabalha com museus e populações indígenas. Logo, o diagnóstico da coleção indígena de 2008 é fruto deste cruzamento de dados e fontes consultadas durante a investigação de cerca de três meses.

Importante destacar também que, durante o período de investigação, houve preocupação sobre os métodos adotados no manuseio dos objetos, com o cuidado em não agredir as peças utilizando alguma ferramenta para execução do procedimento. Cada objeto, de acordo com sua morfologia, necessita, em suas especificidades, de diferentes formas de manuseio. Por isso, todo manuseio foi acompanhado pelo uso de luvas e máscaras descartáveis. Em alguns casos na exposição de longa duração do Museu, objetos frágeis como a urna Kariri e de grandes dimensões como o Praiá Pankararé, não foram manipulados.

3 A INVESTIGAÇÃO DA COLEÇÃO INDÍGENA DE 2008

Os objetos adquiridos em 2008 fazem parte de sete populações indígenas do Nordeste brasileiro: Xukuru-Cariri, de Alagoas, Pankararé e Tuxá, da Bahia, e Fulni-ô, Xucuru, Pankararu e Truká, de Pernambuco. E os objetos adquiridos entre as décadas de 1960-90, que foram localizados apenas nessa etapa da investigação, são dos povos: Bororo, do Mato Grosso, povo Fulni-ô, de Pernambuco, e do povo Kariri, que habitou o território pernambucano. Nenhum objeto da etnia Xokó, do estado de Sergipe, que constava no termo de referência da consultoria, foi localizado durante a investigação.

Todo o material de 2008 não possuía documentação anterior de entrada no Muhne. As únicas informações disponíveis foram documentos do processo interno de aquisição da coleção e do diário de campo do Museólogo da Fundaj, Henrique de Vasconcelos Cruz, que junto aos outros servidores Marcos Pinto (Restaurador), Marcondes Secundino (Antropólogo) e João Ferraz (Motorista), realizaram uma viagem, entre os dias 19 a 24 de maio de 2008, para encomendar

os objetos que hoje fazem parte da coleção; e retornaram entre os dias 17 a 22 de novembro de 2008 para adquirir as encomendas. Porém, apesar dos documentos e do diário de campo terem sido importantes fontes de informação, a relação de objetos que constava nos registros e os que foram encontrados na reserva técnica do Muhne não convergiam, seja em número total ou por povo indígena. A divergência se deu, também, pelo fato de uma segunda viagem, para retirada de artefatos encomendados, ter acontecido entre os 07 e 08 de janeiro de 2009, mas para apenas os municípios de Salgueiro e Cabrobó, e com apenas documentação que aponta solicitação de diária para o motorista terceirizado, à época, Jarbas Pinheiro Queiroga. Dessa última viagem, não há relatórios sob posse do Muhne.

Não obstante, este relatório sugere que a instituição, que pode desempenhar um importante papel na preservação e valorização da cultura indígena, deve organizar e tornar acessível a documentação sobre os povos indígenas da região Nordeste, fruto de pesquisas, relatórios e registros realizados por diversos colaboradores que passaram pelo Muhne e Fundaj nas últimas décadas. Essa iniciativa promove um entendimento mais profundo sobre suas as populações originárias e oferece maior subsídio para as investigações do acervo indígena.

As informações sobre os aspectos antropológicos, de origem, material, usos e significados da coleção foram sistematizadas em um modelo de ficha individual de objeto adaptado ao já utilizado pelo Muhne, no banco de dados Sophia. O acordo com os servidores que auxiliaram o trabalho da consultoria, sobre a utilização da ficha, foi mantido com o objetivo de facilitar a atualização posterior das informações disponibilizadas pela consultoria.

Como todos os objetos da coleção de 2008 não possuíam registro, os campos preenchidos na ficha foram os seguintes: número de registro; objeto/título; autoria; local de execução; material e técnica; dimensões; aquisição; valor; data de aquisição; localização; observações; e links. O número de registro empregado foi o tripartido sequencial, um sistema que segue o critério de identificação da instituição: 2024.17.0001. “2024” é o ano do tombo; “17” é a numeração correspondente da coleção indígena do inventário do Muhne; e “0001” é o número corrido sequencial.

Para os objetos da coleção de 1960-90, foi utilizado o sistema de letras maiúsculas no início do código correspondente, como sinalizado no relatório do primeiro produto: CI.2024.000. “CI” é

abreviação de “coleção indígena”; “2024” é o ano do tombo; e “000” é o número corrido sequencial.

Os objetos compostos de mais de uma peça, foi usado um mesmo e único código para todas as partes do todo, diferenciando-as apenas por uma letra minúscula no final de cada código. Na ordem crescente de “a – z”. Por exemplo: 2024.17.0001.A ou CI.2024.000.A.

Importante frisar que alguns objetos não conservaram a categorização sequencial por povo indígena e numeração corrida por falta de documentação para localizá-los na reserva técnica, sendo identificados aos poucos e fazendo com que não fosse possível definir uma sequência totalmente organizada pelo critério de etnia. A categorização sequencial por povo foi realizada de forma maneira posterior a finalização da investigação.

Para marcação das peças, foi fixado nos objetos uma etiqueta provisória para controle da consultoria e, posteriormente, para marcação permanente por parte dos servidores e funcionários terceirizados responsáveis por essa atividade. Essas fichas com registro serão utilizadas integralmente pelos servidores para alimentação da base de dados Sophia.

A localização da numeração adotada no processo de inventário priorizou a fácil visualização para garantir uma maior conservação dos objetos. Para identificar um objeto de forma rápida e prática é necessária que seja fundamentada uma convenção sobre a localização da numeração aplicada. Segundo Camargo-Moro, “Esta disciplina de conduta na marcação prestará imensos serviços para a boa preservação da peça, diminuindo o excesso de manuseio, e permitirá uma identificação rápida junto ao sistema de documentação” (1986, p. 60).

Os objetos analisados estavam acondicionados principalmente na Sala 07 da reserva técnica, mas outra parte estava nas Salas 01 e 05. A coleção está distribuída na reserva técnica seguindo os critérios de conservação preventiva físico-química, ou seja, por meio da composição material. Mesmo com a classificação, o acesso aos objetos ainda impõe algumas dificuldades de localização. Nos armários e prateleiras da reserva técnica, nas salas específicas para a composição material de cada peça, os objetos indígenas estão distribuídos junto a outros não-indígenas, por exemplo. A pouca documentação do momento de entrada desses objetos no acervo do Munhe é o principal desafio de gestão do acondicionamento não categorizados de artefatos indígenas e não-indígenas. A semelhança de alguns materiais e técnicas de confecção de grupos indígenas e não-indígenas influencia esta falsa correlação. A

grande diversidade cultural e o precário acesso aos dados são adversidades relacionadas à veracidade e autenticidade das informações (SMIT, 2008).

Os grupos indígenas que foram identificados tiveram suas etnias descritas, assim como os descritores geográficos e antropológicos. Os artefatos que não foram passíveis de identificar a etnia indígena, foram sinalizados como não reconhecidos, por ausência de informação suficiente para garantir tais afirmações. Todo o material foi fotografado individualmente pelo consultor. As imagens estão anexadas nas fichas apresentadas à frente.

COLEÇÃO 2008	
Objetos com identificação por povo	179
Objetos não identificados	15
Total	194

COLEÇÃO 2008 - OBJETOS POR POVO	
Truká/PE	49
Xukuru/PE	29
Tuxá/BA	25
Pankararu/PE	11
Pankararé/BA	14
Xukuru-Kariri/AL	19
Fulni-ô-PE	32
Não identificado	15

COLEÇÃO 2008 – ESTADO	
Pernambuco	121
Bahia	39
Alagas	19

A pesquisa de campo junto aos povos indígenas do Nordeste que a coleção adquirida em 2008 abrange, será realizada em momento posterior à entrega deste relatório preliminar, por conta

da agenda do consultor, servidores do Muhne e de representantes das etnias que já foram previamente contactados. As viagens serão realizadas em áreas indígenas dos estados de Alagoas (Xukuru-Cariri), Sergipe (Xokó), Bahia (Pankararé e Tuxá) e Pernambuco (Fulni-ô, Xucuru, Pankararu e Truká), com o incentivo integral da Fundaj.

A metodologia antropológica de pesquisa de campo busca realizar uma diligência junto aos povos indígenas com o objetivo de coletar mais informações sobre esse material, para que possa ser efetiva e corretamente utilizadas no processo de musealização da instituição (salvaguarda, pesquisa e comunicação). Esse argumento é principalmente percebido quando foi descrito que uma parte do material, mesmo depois da investigação da consultoria, permaneceu com informações imprecisas, como no caso dos objetos sem identificação de etnia e a ausência de identificação de objetos do povo Xokó, o que demonstra a necessidade da pesquisa *in loco* para obtenção de tais informações.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ETNIAS INDÍGENAS

4.1 Truká

Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó, sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio.

Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

4.2 Xukuru

Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros.

Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semiárida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva.

A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra.

Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001.

A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do

Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

4.3 Tuxá

O povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil.

O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

4.4 Pankararu

A Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante

os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”.

Os Pankararu de Real Parque, na zonal sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituiu famílias

Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciasse um bom inverno.

A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização.

Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

4.5 Pankararé

Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes.

Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação.

Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripancó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana.

Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que

utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

5. 6 Xukuru-Kariri

A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os "Xucuru" e grupos "Cariri".

A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri.

A referência mais antiga aos índios Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os índios Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste.

Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

5.7 Fulni-ô

Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa "povo da beira do rio" ou "povo que vive ao lado do rio". Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta

aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô.

A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos.

Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô.

Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

5 A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA COLEÇÃO INDÍGENA DE 2008

No início do século XX, a formação das coleções chamadas etnográficas era uma prática disciplinar muito difundida que servia como recurso metodológico com fins à formulação de teorias culturais que abrangessem a diversidade sociocultural da humanidade. Na antropologia evolucionista, os objetos apareciam como ilustrações de estágios de um processo evolucionário universal; já na antropologia difusionista, como ilustrações que processavam origem e difusão de traços que caracterizavam determinadas “áreas culturais”. Nesse contexto

histórico e intelectual, havia uma relação de proximidade estabelecida entre antropólogos, coleções e museus.

As coletas de artefatos buscavam a catalogação de sociedades em processo de extinção na época dada, erroneamente, como certa -, mas também “do que se poderia encontrar nesses artefatos sobre a origem e a evolução do homem” (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 104). Assim, o valor atribuído a esses objetos advinha à sua capacidade de testemunhar sobre os estágios primitivos da cultura humana, da mesma forma de um passado que era comum e que confirmava o triunfo e superioridade obtidos pela Europa, em relação ao resto do mundo (RIBEIRO; VELTHEM, 1992).

No Brasil, o fenômeno do colecionismo de objetos da cultura material indígena tem início desde os primeiros contatos coloniais, no século XVI, quando o material de uso indígena passou a ter interesse pela Europa como fonte de pesquisa, promovendo o recolhimento e armazenamento em gabinetes de curiosidades, precursores da concepção moderna de museu. Essas coleções revelaram-se fontes importantes de informação para estudos antropológicos. A diversidade de objetos, documentos e materiais que integravam as coleções indígenas (abrangendo, inclusive, artefatos arqueológicos) ampliava as possibilidades de compreensão dessas sociedades.

Os museus possuem a capacidade de atribuir uma significação aos objetos que fazem parte de suas coleções, tendo papel de estabelecer uma narrativa mais dialógica, não se limitando a preservação material, mas também desenvolvendo reflexões políticas através de seu acervo. É preciso assimilar que a cultura material, para além de apenas replicar a função utilitária, responde e classifica os indivíduos, como também pode formar critérios para a dinâmica das relações sociais. Dessa forma, as experiências museológicas se constituem como vetores de lembranças e esquecimentos, tornando-as condutoras que revelam ou ocultam certos sentidos sobre o passado (GONÇALVES, 2007).

A coleção indígena analisada por esta consultoria foi adquirida pelo Mupne para compor sua nova concepção museológica à época, que abordaria a questão indígena através de um viés mais contemporâneo, apresentando as populações indígenas do Nordeste como resultados do processo histórico de construção do país. O objetivo foi, compreendendo as mobilizações do início dos anos 2000 das populações indígenas em relação a demarcação e regularização de

seus territórios com o movimento da chamada “emergência étnica” ou “etnogênese” (ARRUTI, 2006), colaborar com essas demandas ao comunicar a desconstrução de estereótipos sobre os indígenas, especialmente das etnias localizadas no Nordeste do Brasil, atingidas por construções sociais e históricas que reduzem a complexidade e diversidade de suas culturas a visões simplistas e muitas vezes mistificadas.

O conceito de “emergência étnica”, ou “etnogênese”, refere-se ao processo pelo qual os povos indígenas se auto reivindicam historicamente, por meio da reinterpretação de símbolos e da reconstituição de tradições, como uma resposta aos efeitos da “integração” a sociedade não-indígena – os chamados “indígenas misturados” do Nordeste (OLIVEIRA, 2004). No contexto brasileiro, o termo é frequentemente empregado para descrever o aumento das reivindicações públicas por parte dos povos indígenas no Nordeste do país nas últimas décadas em busca de seus direitos constitucionais. Essa região, que foi uma das primeiras a ser colonizada e onde a presença indígena foi minimizada por estudiosos sociais e relatórios estatais ao longo do século XX, tem mostrado uma significativa mobilização, além de possuir uma das maiores taxas média de crescimento populacional indígena, conforme dados do IBGE.

A aquisição também se justificou pelo interesse em ampliar, no acervo museológico do Muhne, objetos referentes a cultura material de etnias indígenas do Nordeste, visto que a coleção indígena, até então, era predominantemente composta de objetos provenientes de populações indígenas da Amazônia brasileira. Da região do Nordeste, apenas três etnias do estado de Pernambuco estavam sendo representadas, e em baixa quantidade de elementos: Pankararu, Fulni-ô e Xukuru. Isto é, ambicionou-se uma construção museológica para refletir os princípios teóricos, políticos e práticos das realidades indígenas, incluindo o assujeitamento de povos e indivíduos indígenas. Assim, a análise e a narrativa expográfica podia se situar em um contexto sociocultural e epistemológico completamente contemporâneo daquele em que os objetos foram adquiridos.

O conjunto de objetos foi tomado pelo valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), tendo a indígena do povo Truká, Maria Ana da Silva Santos, como a responsável em receber o empenho e repensar para os artesãos de todas as etnias que confeccionaram o material. Após o trabalho investigativo desta consultoria, ao todo, foram requisitados 194 objetos, que representam sete populações indígenas do Nordeste brasileiro: Xukuru-Kariri, de Alagoas, Pankararé e Tuxá, da

Bahia, e Fulni-ô, Xucuru, Pankararu e Truká, de Pernambuco. O material é diversificado: vestuário e adornos corporais, tecidos, cestaria, cerâmica, armas e instrumentos de caça e pesca, instrumentos musicais etc. Muitos desses objetos demonstraram um potencial significativo para valor social nas populações e em seus processos identitários.

A aquisição foi assistida através de um parecer antropológico realizado pelo Antropólogo Marcondes Secundino – à época pesquisador convidado da Diretoria de Pesquisa Sociais (DIPES/FUNDAJ) para coordenar o Núcleo de Estudos Indígenas (NEIN) -, intitulado: “Antropologia, Museus e Coleções Etnográficas (Índios do Nordeste)”. Secundino também participava do projeto de revitalização conceitual e estrutural da exposição permanente do Muhne em 2008 (“Nordeste: Territórios Plurais, Culturais e Direitos Coletivos”), contribuindo com as questões relativas indígenas, especialmente da região nordestina, que contava com a presença do antropólogo e indigenista João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Santiago, “Dando continuidade as ações para desenvolvimento do módulo indígena, Secundino e Pacheco ficam incumbidos de planejar a aquisição de novas coleções etnográficas indígenas e da elaboração do texto do referido módulo” (2020, p. 89).

O domínio sobre a cultura material e arte indígena auxília na diminuição da distância que habitualmente se coloca entre o mundo dos povos indígenas e o dos não-indígenas, tornando possível a experiência da forma de ser do outro e a abertura sobre o conhecimento humano compartilhado por ambos. De acordo com Vidal (1995), isso configura-se como um excelente canal de comunicação, pois permite o “reconhecimento do outro como diferente de si em suas concepções de mundo, em seu modo de vida e em sua produção material e artística” (p. 370) e, concomitantemente, como igual, portador de sentimentos, capaz de elaborar aspectos fundamentais da existência humana.

A gestão da coleção indígena do Muhne, através do subsídio de investigações antropológicas, é uma oportunidade de promover a salvaguarda e valorização do patrimônio cultural indígena dos das etnias do Nordeste representadas no acervo da instituição. Por meio de uma abordagem integrada que combina pesquisa, preservação e colaboração com as comunidades indígenas, é possível construir um legado que honra e respeita as culturas indígenas do Brasil. Este trabalho não só enriquece o acervo cultural da Fundaj e Muhne, mas também contribui

para uma maior compreensão e apreciação das culturas indígenas na sociedade como um todo.

Com uma leitura antropológica mais aprofundada acerca dos usos e significados dos objetos da coleção oportunizada pela consultoria, sugerimos um trabalho conjunto entre os sete povos indígenas elencados e a instituição de guarda, sob uma perspectiva crítica alicerçada nas contribuições das práticas colaborativas, para a construção da comunicação museológica desse material. Por mais que, para fins analíticos, a cultura material possa ser interpretada por especialistas, existe um processo maior, que é a relação e identificação entre o campo do material e o não-material de cada sociedade e, indo um pouco mais a frente, a necessidade apreender a criatividade e a originalidade das respostas culturais pelos próprios grupos humanos.

6 SUBSÍDIOS PARA A COMUNICAÇÃO EXPOGRÁFICA DA COLEÇÃO INDÍGENA NO MUHNE

A instituição museológica é uma agenciadora da memória que possibilita a interpretação narrativa da cultura material que detém. Dessa maneira, as coleções são um canal de comunicação entre espaços e tempos distintos, assumem determinadas cargas valorativas pertinentes ao discurso ideológico que o museu estabelece e delimita. As coleções musealizadas de povos indígenas geralmente são tomadas como testemunhas documentais de uma realidade distante, seja esse recorte temporal ou geográfico. Compreender a potencialidade dessas instituições e o papel que desempenham na sociedade contemporânea, portanto, é considerá-las como um importante instrumento de intervenção social em favor das demandas e reivindicações indígenas.

A memória enquanto ato político se intensificou após as reivindicações das chamadas “minorias” em prol da salvaguardar e coadunação. Fato que explica e “compreende o processo histórico de incorporação de objetos e coleções como formas específicas de legitimar determinadas representações e identidades sociais nos museus” (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 43). As sociedades, com a finalidade de afirmar ou reforçar sua identidade, exerce o papel de construtora de memória, tratando como prioridade a memória unificada, homogeneizada (MENESES, 1992). Assim, a memória “aparece como operação ideológica, formadora de imagem, representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações” (MENESES, 1992, p. 7).

Como na memória, a curadoria do que vem a ser musealizado também perpassa pelo jogo da escolha e silenciamento. “A memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva” (CHAGAS, 2002, p. 44). É por isso que “memórias são silenciadas o tempo inteiro nas escolhas dos discursos e ações museológicas, e isso independe da tipologia de museu ao qual possamos nos referir” (SANTOS, 2017, p. 117). Entre a memória e o esquecimento há o poder, semeador e promotor desse processo (CHAGAS, 2002). Os museus são herdeiros, ao mesmo tempo, da memória e do poder, por isso podem ser espaços celebrativos da “memória do poder” ou ferramentas interessadas no “poder da memória”.

Os museus, como “lugares de memória”, se constituem em espaços políticos de codificação de sentidos sobre o passado. Seja qual for o caráter de uma instituição museológica, os objetos recebem significados e sentidos ligados à memória social construída pelos indivíduos que protagonizam os processos de musealização. É pertinente compreender “qual a ressignificação dos objetos torna-se essencial para a legitimação dos sentidos do passado a serem construídos e aceitos socialmente” (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 53). Por isso, os exemplos de narrativas sobre a memória “[...] indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se perfaz na relação social” (MENESES, 1998, p. 96). Isto porque, a memória como qualquer outro processo de construção e/ou reforço identitário não se remete a um particular, mas, ao contrário, numa situação de interação, pois “o ‘eu’ se define, sempre, diante do ‘outro’, de preferência na escala de grupos ou sociedades” (MENESES, 1998, p. 96). Como afirma Wagner, “A cultura é tornada visível pelo choque cultural, pelo ato de submeter-se a situações que excedem a competência interpessoal ordinária e de objetificar a discrepância como uma entidade após a experiência inicial [...]” (2010, p. 37).

Os dispositivos classificatórios dos museus tradicionais ortodoxos podem depreender os povos indígenas de maneira genérica caso os significados atribuídos na construção identitária da cultura material não esteja bem embasada por investigação antropológica. É comum encontrar nos museus tradicionais ortodoxos objetos dispersos que representam a criatividade e a habilidade de povos indígenas e que são reconhecidos como “etnográficos”. “Desvela, ademais, uma infinidade de referentes culturais, históricos, materiais, e aguardam, envoltas em esquecimento, que sejam resgatadas e estudadas” (VELTHEM, 2012, p. 52). O que influencia, sobretudo, os visitantes a identificá-los por meio de significação deturpada. “As generalizações constituem o grande perigo das cenografias expositivas sobre povos indígenas e seus artefatos,

quando voltados a um público geralmente desprovido de mentes questionadoras” (VELTHEM, 2012, p. 55). O visitante pode apenas contemplar de forma distraída os objetos, ou se interessar pelas suas estéticas, de forma apreciativa, porém, aceita inequivocamente a regra que o classifica no arranjo construído pelo museu, por considerar, na maioria das vezes, esses espaços como referências da produção de conhecimento.

Entre os meses de novembro de 2016 e março de 2017, a exposição de longa duração do Muhne ficou fechada ao público para revitalização de sua narrativa e fortalecer a interação de todas as coordenações do museu, “abordando principalmente, as religiões de matrizes africanas e a representatividade dos povos indígenas do Nordeste” (SANTIAGO, 2020, p. 91). A sala que trata da representação dos povos indígenas no Nordeste sofreu importantes modificações, que foram resultadas da aproximação da Divisão de Pesquisa e Ações Comunitárias do Muhne com algumas representações indígenas no estado de Pernambuco. Segundo Santiago (2020), essa parceria do Museu aconteceu junto a Comissão dos Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE), que teve como objetivo estreitar as relações com os povos indígenas para realizar uma demanda de atualização na expografia do módulo indígena.

Essa articulação com a COJIPE aconteceu no II Fórum Nacional de Museus Indígenas e do III Encontro de Museus Indígenas de Pernambuco, realizado em 2016 na aldeia Mina Grande, do povo Kapinawá, no município Buíque. Durante o evento, ocorreu a primeira reunião entre a Fundaj e COJIPE, na Escola Estadual Indígena Kapinawá, com o objetivo de aproximar o diálogo e construir ações conjuntas. Os membros da COJIPE, que estiveram posteriormente presentes do Muhne, representavam cinco etnias indígenas: Truká, Kapinawá, Xukuru, Pankará e Fulni-ô². “Na construção dessa relação, organizou-se no dia 15 de outubro de 2016 uma reunião e visita a exposição, desdobrando-se na criação de um documento elaborado em conjunto, onde se propôs algumas modificações” (SANTIAGO, 2020, p. 93). Esse encontro culminou em uma discussão sobre as questões indígenas presentes e ausentes no Museu.

Foram apresentadas sete alterações como sugestão, pelos representantes indígenas, à Coordenação Geral do Museu:

² Este último representante, não é reconhecido como pertencente ao povo Fulni-ô pelos seus pares da etnia, visto que não participa do ritual denominado “Ouricuri”, tomado como uma das exigências para o reconhecimento coletivo de pertencimento aos Fulni-ô.

[1] substituição da fotografia da pintura “Índio Tapuia”, de Albert Eckhout, pela fotografia da liderança indígena Xukuru cacique Xikão; [2] a inclusão de objetos que falam da resistência indígena para além da sala dos povos indígenas; [3] revisão na grafia das palavras indígenas, nas legendas e textos na sala; [4] promover maior visibilidade às lutas dos quilombolas pela terra, assim como as lutas dos indígenas e dos trabalhadores rurais; [5] incluir imagens com as pinturas corporais, que indiquem diferentes etnias, marquem suas características e os materiais de que são feitas; [6] promover maior visibilidade às questões indígenas ao longo do museu, para equiparar com as referências às questões do colonizador e as questões dos povos negros [ou] evidenciar expograficamente os maracás, objetos sagrados, em relação aos demais objetos utilitários [religião indígena]; e [7] inclusão de um mapa que localize e quantifique todos os povos indígenas do Nordeste.

Sobre a primeira solicitação, compreendendo a importância de representar o indígena contemporâneo do nordeste brasileiro e sua luta pelo direito à terra, a pintura foi substituída por uma imagem do líder Xikão Xukuru, assassinado em 1998. A segunda dizia respeito a ausência de maior quantidade de objetos de luta e resistência indígenas. O material inserido na atual exposição do módulo indígena representa a luta e resistência dos povos indígenas especialmente através de objetos que fazem parte do universo ritualístico e político do toré e praiá. A terceira proposta foi a correção da grafia de etnias e nomes indígenas nos suportes gráficos da exposição. Tal demanda foi parcialmente atendida, visto que ainda hoje, no mapa dos povos indígenas do Nordeste, a grafia de muitos povos indígenas continua imprecisa. A quarta proposta foi relacionada ao distanciamento da exposição com demais causas sociais, considerando que muitos dos povos indígenas do Nordeste são também agricultores e alguns deles quilombolas. Optou-se pela por inserir textos ou objetos que sensibilizem o público sobre essas causas. Conforme Santiago, o elo com a luta quilombola ocorre na expografia no módulo “Açúcar- organização da economia, escravidão, revoltas, revoluções e resistências”, “quando são apresentadas fotografias de seus costumes, que abarca a moradia, trabalho informal, festas populares, entre outros” (2020, p. 98). O quinto teve como motivação a ausência da representatividade das pinturas corporais dos povos como elemento de identidade. A sugestão não foi realizada, não se sabe por qual motivo. A sexta questionou a ausência das temáticas indígenas ao longo da exposição e em salas referentes à religiosidade e ao sertão indígenas. Foi sugerido a colocação de imagens e objetos das representações. Percebe-se que, atualmente fora do módulo indígena, há apenas três objetos indígenas em outro módulo: duas bolsas trançadas e uma tarrafa de pesca. O sétimo ponto objetivou situar a localização dos povos indígenas na geografia de Pernambuco, demonstrando a presença das etnias indígenas no território nordestino. Um mapa da Região Nordeste contemplando os

territórios dos povos indígenas foi colocado substituindo o adesivo com uma fotocópia do mapa “Terra Brasilis, de 1519. Como dito, no mapa a grafia das etnias aparece de forma incorreta.

Embora seja notório e louvável a aproximação do Muhne, a partir da Divisão de Pesquisa e Ações Comunitárias, as importantes modificações no módulo indígena da exposição permanente e o interesse em participar de eventos com a temática indígena, ainda consideramos insuficiente, visto a periodicidade desses encontros e a não continuidade a longo prazo dos processos que envolvem pesquisa (como descontinuidade do Núcleo de Estudos Indígenas, por exemplo) e diálogo mais próximo e propositivo com as populações indígenas e a instituição. Ainda é necessário mais interesse, no caso específico, com os povos indígenas do Nordeste para que seja findada a ausência de representatividade admissível, garantindo o reconhecimento das populações indígenas como agentes políticos detentores de direitos sociais e construtores protagonistas da construção e da história da região.

Considerando que a criação de museus indígenas se destaca nos últimos anos em cenário nacional e internacional protagonizado por movimentos indígenas, é fundamental que os museus tradicionais se atentem para a revisão das chamadas coleções etnográficas indígenas de forma mais comprometida e permanente. A nível nacional, com destaque para o Nordeste, podemos destacar algumas experiências museológicas com protagonismo: Museu Maguta dos Ticuna (AM), Museu Worikg Kaingang (SP), Museu dos Kanindé (CE), Museu Indígena Jenipapo-Kanindé (CE), Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau (CE), Casa de Memória do Tronco Velho Pankararu (PE), Museu-Escola Pankararu e Museu Indígena Kapinawá (PE). Essa ruptura abriu um importante espaço para revisão da ótica antropológica sobre o “Outro” construído através da cultura material indígena depositada nos museus.

No Brasil, as políticas para museus acompanharam as articulações e ações internacionais. Em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus – ICOM, e, dois anos depois, o Comitê Brasileiro do ICOM. “Desde então, seus profissionais foram cada vez mais atuantes na defesa desse campo profissional, reconhecendo esta como uma área importante do conhecimento” (RUSSI; ABREU, 2019, p. 30). De acordo com Russi e Abreu (2019), desde meados para o fim do século XIX, observa-se dentre as tendências da museologia brasileira aquelas mais progressistas que enfatizam diálogo estreito do museu com a comunidade. Já a crítica da

museologia sobre a representação dos museus tradicionais toma força, assim como acontecia em outras disciplinas, a partir da década de 1960 (GOUVEIA; PEREIRA, 2016).

Na segunda metade do século 20, a configuração do “edifício-coleção-público” mova-se para “território-patrimônio-população” e incorpora diferentes formas de gestão desse patrimônio. Trata-se de refletir sobre a noção de que a participação popular não se limita apenas ao público visitante, mas estende-se à colaboração direta na gestão museológica. É claro que, assim como afirma Santos (2017), essas prerrogativas colaborativas entre atores sociais e museus podem e devem estar presentes em qualquer forma de museu e entendidas enquanto compromissos políticos, já que “qualquer museu fundamenta-se numa nítida proposta social: a de aproximar o indivíduo dos processos e produtos da natureza e da cultura” (SCHEINER, 2012, p. 19). As práticas que caracterizam essa forma de pensar os museus (alargamento da concepção de patrimônio, colaboração etc.) detêm potência ao adentrar os museus tradicionais: nesse contexto, possivelmente de forma menos radical (de público representado a gestor), mas que busquem a autoavaliação para abertura de mudanças nas próprias atuações.

Embora as práticas museológicas, independentemente de seus modelos teóricos, são voltadas para o social, percebemos que os museus não-tradicionais estabelecem relações de colaboração, enquanto os museus tradicionais interessados nessa abertura, em sua maioria, se situam através da participação – entendendo também que há uma diferença considerável entre os termos “colaboração” e “participação”. A dimensão participativa é entendida como forma básica de colaboração, no entanto o participante não detém poder de liderar ou direcionar aquilo com que trabalha, não fugindo integralmente à representação. Já com a colaboração, o agente pode tomar a liderança de forma compartilhada e sugerir direções sobre o que está sendo tratado, ou seja, é um ator ativo no processo. Pois,

‘participação é uma forma básica de colaboração na qual o pesquisador trabalha com organizações locais ou movimentos sociais acompanhando suas missões sem liderar ativamente’, mas que ‘uma pesquisa colaborativa pode tomar a forma da liderança compartilhada do projeto de pesquisa’ (LOW; MERRY 2010, p. 209 apud GARRABÉ, 2022, p. 69).

É preciso compreender a musealização como um método dinâmico e fluido, sem engessamentos ou normativas, “mas como um processo de transformação simbólica envolvendo a criação de enunciados performativos” (BRULON SOARES, 2018, p. 2016). A musealização “está sujeita às mais diversas mudanças nos valores em negociação por meio das

disputas por regimes de valor que são, em última instância, regimes pela verdade e pela vontade de controlar as realidades sociais em que são aplicados” (BRULON SOARES, 2018, p. 203).

Para conceber um processo de musealização, especialmente a etapa de comunicação museológica, é necessário não corroborar com as armadilhas de impor categorizações do “Outro” como interpretação autêntica do modo de ser e das próprias tradições indígenas. Com isso, as instituições museológicas tradicionais exercem sua função de lugar de memória e não se tornam equipamentos do “esquecimento ativo”. Na perspectiva colaborativa, os atores sociais entendem que a participação e apropriação da memória social (POLLAK, 1992) é uma importante ferramenta de afirmação coletiva, salvaguarda e defesa das suas referências culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUTI, José Maurício A. Etnogêneses Indígenas. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Editores). **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: ISA, 2006b. p. 50-54.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.) MAST Colloquia - Vol.10. **Documentação em Museus**. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCT. Rio de Janeiro, p. 31-43, 2008.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George, eds. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 4 ed., 2005.
- BECKER, Howard. Conceitos. In: **Segredos e Truques de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 145-187, 2007.
- BRULON SOARES, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. In: **Museologia e Patrimônio**, vol. 11, n. 2, 2018. pp. 189-210.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição-Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013
- CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. Belo Horizonte, 2006. p. 33-92.
- CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. In: CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museu e políticas de Memória**. Lisboa: ULHT, 2002.
- CHAGAS, Mário de Souza; STORINO, Cláudia M. P. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. In: **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.
- FERREIRA, Gilvanildo Klebson Mendes. **A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-Ceará)**. 2015. Monografia (Bacharelado em Museologia). Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 3 ed., 2009.
- GARRABÉ, Laure. Sobre a Realidade da Colaboração nas Metodologias Colaborativas em Antropologia. In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE**. Ano 26, v. 33 (1): 2022.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico**. Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, p. 42-55, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A emergência da Museologia Social. In: **Revista de Políticas Culturais**. Bahia, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745. 2016.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.

MOTTA, D. F. da; OLIVEIRA, Leandra de. (Col.). **Tesouro de cultura material dos índios no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. (Org). **Como explorar um museu histórico?** São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. (Org). **Como explorar um museu histórico?** São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A problemática da Identidade Cultural nos Museus: de Objeto (de ação) a Objeto (de conhecimento)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998. p.89-103.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia “dos índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **“A viagem da Volta”**. João Pacheco de Oliveira (org.). 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ. 2004.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992

RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1987.

RIBEIRO, Berta. **Dicionário do artesanato indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM; Lucia H. van. Coleções Etnográficas: Documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Faérgs/SMC, 1992.

SANTIAGO, Daniel Vicente. **Revitalização da exposição de longa duração e ações educativas do Museu do Homem do Nordeste- MUHNE (2003- 2019)**. Monografia (Bacharelado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SCHEINER, Tereza. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 7, n.1, 2012, pp. 15-30.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. "Museologia colaborativa": diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. In: **Horizonte Antropológico**, v. 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

SMIT, Johanna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.) **MAST Colloquia - Vol.10. Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 11-23.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VELTHEN, Lucia Hussak. **O objeto etnográfico é irreduzível?** Pistas sobre novos sentidos e análises. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI, 2012.

VIDAL, Lux Boelitz; SILVA, Aracy Lopes da. Sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: **Temática Indígena Na Escola**: Novos Subsídios para Professores de Primeiro e Segundo Graus [S.l: s.n.], 1995.

Número de registro: 2024.17.0001

Objeto/Título: Cachimbo Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 7,5cm, 15cm, 4cm

Material/técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: No corpo do cachimbo, há inscrições do povo indígena e autor. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0002

Objeto/Título: Cachimbo Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 14,5cm, 14cm, 4cm

Material/técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: No corpo do cachimbo, há inscrições do povo indígena e autor. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0003

Objeto/Título: Cachimbo Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 14cm, 9,5cm, 4cm

Material/técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Ao comparar a técnica de confecção do objeto com outros que possuem a inscrição de autoria, pode afirmar que o autor é Chico Truká. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0004

Objeto/Título: Cachimbo Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 13cm, 6,7cm, 4cm

Material/técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: No corpo do cachimbo, há inscrições do povo indígena e autor. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0005

Objeto/Título: Maracá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 10cm, 40cm

Material/técnica: Coité e sementes

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: No corpo do cachimbo, há inscrições do povo indígena e autor. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.



Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0006

Objeto/Título: Maracá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 58cm, 16cm

Material/técnica: Coité, sementes e penas

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: No corpo do cachimbo, há inscrições do povo indígena e autor. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0007

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17,5cm, 20cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Esse objeto já foi imunizado, segundo etiqueta presente. Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0008

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17,5cm, 20cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Esse objeto já foi imunizado, segundo etiqueta presente. Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0009

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 23cm, 19cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Esse objeto já foi imunizado, com etiqueta presente. Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0010

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17cm, 19cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0011

Objeto/Título: Bolsa Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 41cm, 87cm, 5cm

Material/Técnica: Trançado

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0012

Objeto/Título: Bolsa Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 36cm, 78cm, 5cm

Material/Técnica: Trançado

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0013

Objeto/Título: Quixó Truká (armadilha para caça)

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 11cm, 50cm, 3cm

Material/Técnica: Madeira, prego

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 10,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: O objeto é um quixó, armadilha de caça de pequenos roedores, notadamente coelho e preá. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0014

Objeto/Título: Borduna Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 4cm, 125cm, 5cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 1, prateleira 5



Observações: Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0015

Objeto/Título: Borduna Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 160cm, 5cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 1, prateleira 5



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0016

Objeto/Título: Borduna Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 5cm, 182cm, 5cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 1, prateleira 5



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0017

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 29cm, 22cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 1, armário 1, prateleira 3

Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0018

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 18cm, 14cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 1, armário 1, prateleira 3

Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0019

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 19cm, 15cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 1, armário 1, prateleira 3

Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0020

Objeto/Título: Cantil Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17cm, 69cm

Material/Técnica: Palha e cabaça – Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cantil é um recipiente pequeno usado para armazenar água ou óleo contra mosquitos, durante viagens, geralmente manufaturado com cabaça, com tampa trançada e alça. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0021

Objeto/Título: Cantil Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 80cm, 17cm

Material/Técnica: Palha, cabaça – Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cantil é um recipiente pequeno usado para armazenar água ou óleo contra mosquitos, durante viagens, geralmente manufaturado com cabaça, com tampa trançada e alça. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0022

Objeto/Título: Cantil Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 78cm, 14cm

Material/Técnica: Palha, cabaça – Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cantil é um recipiente pequeno usado para armazenar água ou óleo contra mosquitos, durante viagens, geralmente manufaturado com cabaça, com tampa trançada e alça. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0023

Objeto/Título: Cantil Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 75cm, 17cm

Material/Técnica: Palha, cabaça – Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cantil é um recipiente pequeno usado para armazenar água ou óleo contra mosquitos, durante viagens, geralmente manufaturado com cabaça, com tampa trançada e alça. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0024

Objeto/Título: Tarrafa Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 780cm, 125cm, 5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 80,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica

Observações: Tarrafa é uma ferramenta de pesca em forma de rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência de sua malha. A tarrafa é arremessada geralmente com as mãos, de tal maneira que está se abra o máximo possível antes de cair na água. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0025

Objeto/Título: Tarrafa Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 2m e 55cm, 360cm, 5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 80,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica



Observações: Tarrafa é uma ferramenta de pesca em forma de rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência de sua malha. A tarrafa é arremessada geralmente com as mãos, de tal maneira que está se abra o máximo possível antes de cair na água. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0026

Objeto/Título: Anel Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 3cm, 2,5cm, 1cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, anel é um adorno corporal em forma circular usado para enfeitar o dedo, manufaturado com matéria-prima vegetal, matéria-prima, ou matéria-prima mineral. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0027

Objeto/Título: Anel Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 3,5cm, 1,5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

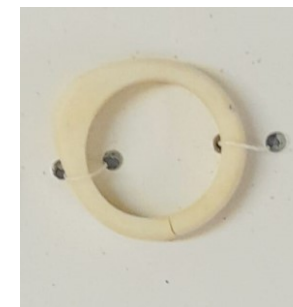
Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, anel é um adorno corporal em forma circular usado para enfeitar o dedo, manufaturado com matéria-prima vegetal, matéria-prima, ou matéria-prima mineral. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0028

Objeto/Título: Covo Truká (armadilha para pesca)

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 51cm, 52cm

Material/Técnica: Cipó

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, covo, também conhecido como matapi, é uma armadilha de pesca feita de varetas, unidas entre si por trançado torcido, oblonga, fechada em funil na parte posterior, alargada na do meio e extrovertida na anterior. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0029

Objeto/Título: Cuia Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 5cm, 16cm

Material/Técnica: Barro - Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vasilha de cuia é um recipiente manufaturado com o fruto maduro da cuieira, depois de esvaziado, ou com sua casca lenhosa, dura e alongada, utilizado particularmente para guardar/ conter alimentos ou outros elementos, como os utilizados nos exorcismos do pajé. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0030

Objeto/Título: Cuia Truká (cerâmica)

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 5cm, 15cm

Material/Técnica: Barro - Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vasilha de cuia é um recipiente manufaturado com o fruto maduro da cuieira, depois de esvaziado, ou com sua casca lenhosa, dura e alongada, utilizado particularmente para guardar/ conter alimentos ou outros elementos, como os utilizados nos exorcismos do pajé. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0031

Objeto/Título: Panela Truká (miniatura)

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 9cm, 11,5cm

Material/Técnica: Barro - Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, panela faz parte de um conjunto de utensílios destinados a transformar alimentos por meio de processos mecânicos (raspagem, corte, trituração, moagem), químicos (cozimento) ou físicos (aquecimento), e a revolver os alimentos nos recipientes, incluindo artefatos de cerâmica, artefatos trançados e artefatos feitos de outras matérias-primas animais, vegetais, minerais ou industrializadas. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0032

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 14cm, 11cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0033

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 18cm, 11cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0034

Objeto/Título: Vaso Truká

Autoria: Truká

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 12cm, 10cm

Material/Técnica: Barro – Modelagem

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não há registro de autoria individual. Vaso é um recipiente doméstico côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0035

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 20cm, 16cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Esse objeto já foi imunizado, segundo etiqueta presente. Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0036

Objeto/Título: Campiô Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 18cm, 6cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente

Observações: O campião (cachimbo) é um instrumento utilizado no dia a dia e nos rituais dos indígenas do Nordeste. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0037

Objeto/Título: Maracá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 34cm, 15cm

Material/técnica: Coité e sementes

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0038

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 14cm, 24cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Esse objeto já foi imunizado, segundo etiqueta presente. Segundo Florêncio, pujá e um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0039

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 19cm, 8cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0040

Objeto/Título: Pujá Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17,5cm, 17,5cm

Material/Técnica: Caroá - Trançado

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo Florêncio, pujá é um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Já para o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pujá se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0041

Objeto/Título: Pulseira de sementes Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 4cm, 9cm, 8cm

Material/Técnica: Sementes

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 35,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 5



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pulseira é um adorno corporal que cinge o pulso. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0042

Objeto/Título: Pulseira de sementes Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 21cm, 4cm, 1,5cm

Material/Técnica: Sementes

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 35,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pulseira é um adorno corporal que cinge o pulso. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0043

Objeto/Título: Pulseira de sementes Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 20cm, 3cm, 1cm

Material/Técnica: Sementes

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 35,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, pulseira é um adorno corporal que cinge o pulso. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0044

Objeto/Título: Colar Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 5cm, 33cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 50,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0045

Objeto/Título: Colar Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 6cm, 34cm, 2,5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 35,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0046

Objeto/Título: Cachimbo Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 12,5cm, 6cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 40,00

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0047

Objeto/Título: Cesto gameliforme Truká (balaio)

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 38cm, 22,5cm

Material/técnica: Cipó - Trançado

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cesto gameliforme é recipiente trançado, semelhante a uma gamela, de borda alargada e diâmetro proporcional ao da base, de bojo atarracado, ou seja, mais largo que alto, usado para guarda de itens domésticos e para transporte de carga, geralmente transportado sobre a cabeça. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0166

Objeto/Título: Arco Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 1m30cm, 2cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0167

Objeto/Título: Borduna Truká

Autoria: Francisco de Assis Barros de Sá (Chico Truká)

Local de execução: Cabrobó, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 1m47cm, 4cm, 3cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 60,00

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, Armário 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Truká habitam a Ilha da Assunção, fundada no século XVIII, no médio curso do rio São Francisco, município de Cabrobó. Sertão de Pernambuco. Partindo de correspondências existente entre os indígenas, funcionários administrativos, diretoria de indígenas e o governador da Província de Pernambuco, percebeu-se que a Aldeia da Assunção durante grande parte do século XIX existiu e persistiu, frente a diversos problemas que revelara um processo de disputa entre os indígenas e não-indígenas em Cabrobó. A Terra Indígena Truká está inserida em região conhecida como “Polígono da Maconha” e os indígenas vêm denunciando o uso indevido de suas terras para esse plantio. Como na grande maioria das comunidades indígenas no Nordeste, o consumo da jurema e o complexo ritual do toré constituem o cerne da religiosidade Truká e alicerçam sua identidade étnica. O mundo, para os Truká, é povoado de Encantados, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados a elementos da natureza. Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia” e “juremeiros”. De acordo com a memória Truká, a prática do toré foi aprendida com os indígenas Tuxá, de Rodelas, e fora muito perseguida pela polícia.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truk%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0048

Objeto/Título: Maracá Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 32cm, 15cm

Material/Técnica: Coité e sementes

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: No corpo do objeto, há inscrições do povo indígena. Em etiqueta, conta o seguinte: “Maracá é um instrumento musical usado em nossos rituais, feito com cabaça de coité, uma árvore existente em nossa comunidade”. Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são

constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0049

Objeto/Título: Jupago Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 97cm, 10cm

Material/Técnica: Madeira candieiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: No corpo do objeto, há inscrições do povo indígena e do objeto. Segundo o Instituto Socioambiental, “jupago” é um instrumento utilizado na dança do toré, cujas batidas no chão marcam o ritmo dos passos e dos toantes. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos

que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesauroidedeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0050

Objeto/Título: Borduna Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 77,5cm, 5,5cm, 4cm

Material/Técnica: Madeira e penas de galinha

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: No corpo do objeto, há inscrições do povo indígena e do objeto. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante

líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0051

Objeto/Título: Cocar Xukuru (diadema)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 25cm, 125cm, 5cm

Material/Técnica: Penas de galinha, arma de gato e cordão de algodão

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: De acordo com os metadados anteriores, se trata de uma peça de uso masculino. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, diadema, em forma de cocar, é um adorno corporal para a cabeça, no qual as penas, ou as varetas que as sustentam, concentram-se na frente, aproximadamente de orelha a orelha, geralmente ultrapassando bastante o suporte onde são inseridas (cordel-base ou faixa tecida), diminuindo gradativamente de tamanho, do centro para os lados. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989.

O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0052

Objeto/Título: Cocar Xukuru (diadema)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 17cm, 124cm, 5cm

Material/Técnica: Penas de galinha e cordão de algodão

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: De acordo com os metadados anteriores, se trata de uma peça de uso feminino. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, diadema, em forma de cocar, é um adorno corporal para a cabeça, no qual as penas, ou as varetas que as sustentam, concentram-se na frente, aproximadamente de orelha a orelha, geralmente ultrapassando bastante o suporte onde são inseridas (cordel-base ou faixa tecida), diminuindo gradativamente de tamanho, do centro para os lados. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989.

O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0053

Objeto/Título: Cocar Xukuru (diadema horizontal)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 77cm, 21,5cm

Material/Técnica: Palha de coqueiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cocar, na forma de diadema horizontal, é um corporal usado horizontalmente na cabeça como um pára-sol, algumas vezes combinado com faixas frontais sobre as coroas trançadas, ou em associação com o diadema rotiforme vertical e o diadema transversal. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas. São invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0054

Objeto/Título: Barretina Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 43cm, 30cm, 6cm

Material/Técnica: Palha de coqueiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Barretina, espécie de chapéu feito com a palha do coqueiro, é uma marca identitária da etnia e é usada para a proteção espiritual. Já para o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o objeto se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador,

no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0055

Objeto/Título: Tanga Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 23cm, 97cm, 5cm

Material/Técnica: Palha de milho e fibra de agave

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, tanga é uma peça do vestuário feminino, semelhante ao avental, tecida em tear ou constituída de franjas de cordões de fios flexíveis torcidos um sobre o outro, usada na região compreendida entre o ventre e as coxas, de comprimento variável, caso se destine à mulher adulta ou à criança. Peça do takó, que compõem o ritual do toré. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador,

no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0056

Objeto/Título: Cocar Xukuru (diadema horizontal)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 18cm, 107cm, 5cm

Material/Técnica: Palha de milho e fibra de agave

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cocar, na forma de diadema horizontal, é um corporal usado horizontalmente na cabeça como um pára-sol, algumas vezes combinado com faixas frontais sobre as coroas trançadas, ou em associação com o diadema rotiforme vertical e o diadema transversal. Peça do takó, que compõem o ritual do toré. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década

de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0057

Objeto/Título: Braçadeira Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 29cm, 81cm, 5cm

Material/Técnica: Palha de milho e fibra de agave

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, braçadeira é um adorno corporal trançado ou tecido, muitas vezes ornamentado com produtos naturais (sementes, plumas etc.) ou industrializados (miçanga), e provido de borlas e/ ou franjas, usado na altura do bíceps. Peça do takó, que compõem o ritual do toré. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xukuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0058

Objeto/Título: Braçadeira Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 15cm, 64cm, 3cm

Material/Técnica: Palha de milho e fibra de agave

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, braçadeira é um adorno corporal trançado ou tecido, muitas vezes ornamentado com produtos naturais (sementes, plumas etc.) ou industrializados (miçanga), e provido de borlas e/ ou franjas, usado na altura do bicep. Peça do takó, que compõem o ritual do toré. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xukuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0059.A.B

Objeto/Título: Bodoque Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 0059: 10cm, 113cm, 6cm; 0059.A: 5cm, 3cm, 2cm; 0059.B: 4,5cm, 4cm, 2cm

Material/Técnica: Madeira pitiá, cordão e pedra

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3

Observações: Os metadados anteriores afirmam que são três pedras que formam o conjunto com a peça, mas só foram encontradas duas. Na etiqueta da peça, seguem as informações: “Bodoque é uma peça feita de madeira (pitiá) e cordão. Serve para atirar pedra que é uma tradição dos opipes”. “Opipes” significa crianças na língua mãe Xukuru. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bodoque é uma arma que se constitui numa combinação de funda e arco, usada para arremesso de bolas de barro endurecido ao fogo, colocadas num invólucro de pano entre as cordas do arco. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são



constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0060.A.B.C.D.E.F.G.H

Objeto/Título: Arapuca Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 0060: 27cm, 60cm, 48,5cm / 0060.A: 30cm, 8cm, 3cm / 0060.B: 30cm, 9cm, 3cm / 0060.C: 26cm, 20cm, 3cm / 0060.D: 2cm, 44cm, 2cm / 0060.E: 6cm, 58cm, 4cm / 0060.F: cm, 40cm, 05cm, 0,5cm / 0060.G: 66cm, 2cm, 1cm / 0060.H: 45cm, 2cm, 1cm

Material/Técnica: Fumo bravo e agave

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 4, prateleira 2



Observações: O conjunto é formada por nove peças (uma arapuca, duas forquilhas e sei armadores). Arapuca é um artefato que consiste numa armadilha com formato piramidal destinada a pegar aves vivas, pequenos mamíferos ou outros animais de caça. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador,

no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0061

Objeto/Título: Colar de contas Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 52cm, 8cm

Material/Técnica: Sementes de milagre

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Em etiqueta, haviam as seguintes informações: “colar com sementes de milagre”. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar de contas é um a adorno corporal usado no pescoço, composto de discos (ou " pérolas") com um furo no centro, feitos do endocárpio do coco de palmeiras, de caramujo ou de concha nacarada (madrepérola), de osso, de pedra, de metal, de plástico, de miçanga etc. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros

dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0062

Objeto/Título: Colar de pingente Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 20cm, 10cm, 2cm

Material/Técnica: Sementes de merú, castanhalão e olho de boi

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar pingentes é um adorno corporal usado no pescoço, caracterizado por ter um ou mais componentes ornamentais pendentes sobre o colo. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que

surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0063

Objeto/Título: Colar de pingente Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 38cm, 6,5cm, 1,5cm

Material/Técnica: Sementes de merú, castanholão e olho de boi

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Em etiqueta, haviam as seguintes informações: “colar de sementes de merú, com castanholão e olho de boi”. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar pingentes é um adorno corporal usado no pescoço, caracterizado por ter um ou mais componentes ornamentais pendentes sobre o colo. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xukuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0064

Objeto/Título: Colar de pingente Xukuru

Autoria: X Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 14cm, 6cm, 1cm

Material/Técnica: Sementes de merú, castanhão e osso

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar pingentes é um adorno corporal usado no pescoço, caracterizado por ter um ou mais componentes ornamentais pendentes sobre o colo. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que

surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0065

Objeto/Título: Colar-amuleto Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 3cm, 47cm, 1cm

Material/Técnica: Sementes e dente

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar-amuleto é um colar de uso pessoal ao qual são atribuídas virtudes mágicas, preservativas ou curativas, usado em volta do pescoço. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que

surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0066

Objeto/Título: Colar de contas Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 80cm, 7cm, 2cm

Material/Técnica: Sementes de milagre

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar de contas é um a adorno corporal usado no pescoço, composto de discos (ou " pérolas") com um furo no centro, feitos do endocárpio do coco de palmeiras, de caramujo ou de concha nacarada (madrepérola), de osso, de pedra, de metal, de plástico, de miçanga etc. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0067

Objeto/Título: Colar Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 130cm, 26cm, 24cm

Material/Técnica: Sementes olho de boi

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim

como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0068

Objeto/Título: Jupago Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 90,5cm, 12,5cm

Material/Técnica: Madeira candieiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Na legenda da exposição, constam as seguintes informações: “Jupago é um instrumento feito da raiz da árvore candieiro, utilizado para marcar o ritmo do ritual do Toré cm batidas no chão”. Segundo o Instituto Socioambiental, “jupago” é um instrumento utilizado na dança do toré, cujas batidas no chão marcam o ritmo dos passos e dos toantes. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990,

foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0069

Objeto/Título: Flauta com orifício Xukuru (memby)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 31,5cm, 20cm

Material/Técnica: Madeira candieiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: “Memby” é uma flauta feita com taboca, tocada pelos homens no toré. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flauta é instrumento de sopro em que uma corrente de ar dirigida contra um gume do receptáculo faz o ar vibrar no seu interior, podendo assumir forma variada (globular, tubular, cônica, circular etc.). Já a flauta com orifício é um instrumento de sopro que contém orifícios para digitação e emissão de sons variados. Não foi possível detectar a etnia indígena ao qual a peça pertencia. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo

demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0070

Objeto/Título: Pífano Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 30cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Na tradição do nordeste brasileiro, o pífano, ou apenas pife, é um tipo de flauta popular, em formato de cilindro, encontrada em diversos materiais como bambu, taboca, taquara, ferro, alumínio, e até mesmo em tubo PVC. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos

que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesauroidosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0071

Objeto/Título: Colar-amuleto Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 33cm, 28

Material/Técnica: Sementes e dente de boi

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar-amuleto é um colar de uso pessoal ao qual são atribuídas virtudes mágicas, preservativas ou curativas, usado em volta do pescoço. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que

surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0072

Objeto/Título: Barretina Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

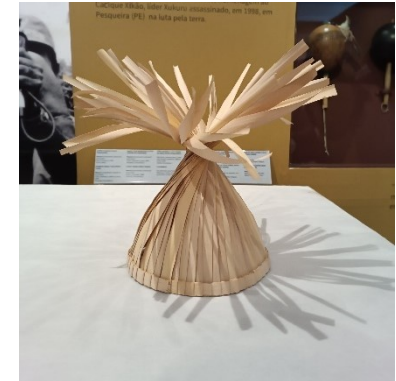
Dimensões: 28cm, 33cm

Material/Técnica: Palha de Ouricuri

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Barretina, espécie de chapéu feito com a palha do coqueiro, é uma marca identitária da etnia e é usada para a proteção espiritual. Já para o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o objeto se aproxima de capacete, um adorno corporal que se constitui numa armação oval para a cabeça, manufaturado com palha trançada ou com outros materiais, como couro animal. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador,

no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0073

Objeto/Título: Maracá Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 49cm, 15cm

Material/Técnica: Coité, sementes e pena

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador,

no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0074

Objeto/Título: Colar-amuleto Xukuru

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 22cm, 26cm, 1,5cm

Material/Técnica: Sementes e dente de boi

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, colar-amuleto é um colar de uso pessoal ao qual são atribuídas virtudes mágicas, preservativas ou curativas, usado em volta do pescoço. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que

surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0075

Objeto/Título: Cocar Xukuru (diadema horizontal)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 18cm, 95cm, 3cm

Material/Técnica: Penas de galinha

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cocar, na forma de diadema horizontal, é um corporal usado horizontalmente na cabeça como um pára-sol, algumas vezes combinado com faixas frontais sobre as coroas trançadas, ou em associação com o diadema rotiforme vertical e o diadema transversal. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento

do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xukuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0076

Objeto/Título: Flauta com orifício Xukuru (memby)

Autoria: Maria José Mendonça (Xukuru)

Local de execução: Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 30cm, 2,5cm, 2,5cm

Material/Técnica: Madeira candieiro

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3



Observações: “Memby” é uma flauta feita com taboca, tocada pelos homens no toré. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flauta é instrumento de sopro em que uma corrente de ar dirigida contra um gume do receptáculo faz o ar vibrar no seu interior, podendo assumir forma variada (globular, tubular, cônica, circular etc.). Já a flauta com orifício é um instrumento de sopro que contém orifícios para digitação e emissão de sons variados. Não foi possível detectar a etnia indígena ao qual a peça pertencia. Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no agreste do estado de Pernambuco. Os registros sobre eles datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semi-árida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo

demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato do importante líder Xicão Xukuru, de outros dois indígenas e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico Xukuru. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Xucuru. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Número de registro: 2024.17.0077.A

Objeto/Título: Arco e flecha Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 0077: 67cm, 48cm, 3cm / 0077.A 47,5cm, 4,5cm

Material/Técnica: Madeira de marmeleiro, ponta de moleque duro, corda e pena de gavião carcará

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiras. De acordo o Instituto Sociambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.



Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0078.A

Objeto/Título: Arco e flecha Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 0077: 74cm, 60cm, 1,5cm / 0078.A 60cm, 5,5cm

Material/Técnica: Madeira de marmeleiro, caibera, ponta de moleque duro, corda e pena de gavião carcará

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiras. De acordo o Instituto Sociambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.



Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0079

Objeto/Título: Borduna Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 70cm, 6,5cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0080

Objeto/Título: Adaga Tuxá

Autoria: Aleixo Cruz Santos Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 34cm, 2cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Adaga é uma arma pontiaguda, de um ou dois gumes (ger. junto à ponta), mais larga e maior que o punhal. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0081

Objeto/Título: Cuia Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 7cm, 9cm

Material/Técnica: Coité

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vasilha de cuia é um recipiente manufaturado com o fruto maduro da cuieira, depois de esvaziado, ou com sua casca lenhosa, dura e alongada, utilizado particularmente para guardar/ conter alimentos ou outros elementos, como os utilizados nos exorcismos do pajé. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0082

Objeto/Título: Campiô Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 7cm, 9cm

Material/Técnica: Coité

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, campião, uma espécie de cachimbo, é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0083

Objeto/Título: Covo Tuxá (armadilha para pesca)

Autoria: Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 42cm, 37,5cm, 38,5cm

Material/Técnica: Cipó

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, covo, também conhecido como matapi, é uma armadilha de pesca feita de varetas, unidas entre si por trançado torcido, oblonga, fechada em funil na parte posterior, alargada na do meio e extrovertida na anterior. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0084

Objeto/Título: Esteira Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 40cm, 1m15cm, 3cm

Material/Técnica: Folha de bananeira e cordão de nylon

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, esteira é um utensílio trançado de duas dimensões, de tamanhos variados, usado como leito, assento, cobertura, divisória interna das casas, tapume das entradas das casas, paravento, cobertura de carga, ou como parte de máscaras rituais. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0085

Objeto/Título: Borduna Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 52cm, 8cm, 6cm

Material/Técnica: Angico

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0086

Objeto/Título: Lança Tuxá

Autoria: Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 7cm, 1m 33cm, 3cm

Material/Técnica: Massaranduba, caroá e ouricuri

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, lança é uma perfurante de arremesso manual direto constituída de vara e de ponta, geralmente formando uma só peça, morfológicamente semelhante a uma flecha, porém de madeira mais grossa, usada na caça a animais. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0087

Objeto/Título: Colar Tuxá

Autoria: Aleixo Cruz Santos Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 57cm, 2cm, 2cm

Material/Técnica: Côco verde

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0088

Objeto/Título: Maracá Tuxá

Autoria: Sandro Hwaty (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 35cm, 14cm

Material/Técnica: Coité, sementes, madeira e pena

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0089

Objeto/Título: Cuia Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 9cm, 13cm

Material/Técnica: Coité

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vasilha de cuia é um recipiente manufaturado com o fruto maduro da cuieira, depois de esvaziado, ou com sua casca lenhosa, dura e alongada, utilizado particularmente para guardar/ conter alimentos ou outros elementos, como os utilizados nos exorcismos do pajé. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0090

Objeto/Título: Borduna Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

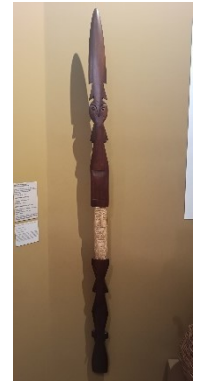
Dimensões: 1m,55, 8cm

Material/Técnica: Madeira e palha de Ouricuri

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0091

Objeto/Título: Penacho de Praiá Tuxá

Autoria: Alvânio Carlos da Conceição Gomes (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 52cm, 54, 5cm

Material/Técnica: Pena de gavião, cordão de algodão e madeira

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não há informação para confirmar título ao objeto, por isso se usa o termo genérico de “penacho. Os rituais dirigidos aos “Praiá” surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de “encantamento”, superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um “moço” que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos

rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0092

Objeto/Título: Cataioba infantil Tuxá (saiote)

Autoria: Aleixo Vieira Cruz (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 29cm, 69cm, 4,5cm

Material/Técnica: Fibra de croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: Cataioba é um saiote de fibra de croá, indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0093

Objeto/Título: Cataioba Tuxá (saiote)

Autoria: Pedro Vieira Cruz (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 70cm, 142cm, 14cm

Material/Técnica: Fibra de croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 18/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: Cataioba é um saiote de fibra de croá, indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0130

Objeto/Título: Bustiê Tuxá

Autoria: Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 32cm, 96cm, 5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Não há informação sobre a autoria individual da peça. Bustiê ou bustier é uma peça de vestuário feminino que cobre apenas o busto, sem ultrapassar a cintura. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0168

Objeto/Título: Borduna Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Truká

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

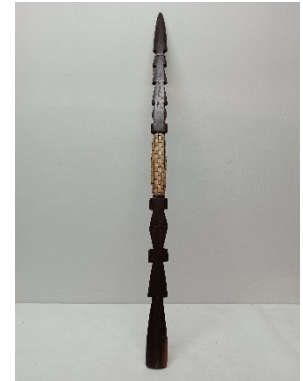
Dimensões: 95cm, 6cm, 3cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0169

Objeto/Título: Borduna Tuxá

Autoria: Roberto Vieira Tuxá

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 2m20cm, 3cm, 1,5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0170

Objeto/Título: Chucho Tuxá

Autoria: Sandro Hwaty (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 1m64cm, 3cm, 3,5cm

Material/Técnica: Madeira, ferro e cordão de palha

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 3



Observações: Chucho é uma arma artesanal pontiaguda, composta por ferro, para caça de animais de médio e grande porte. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0176

Objeto/Título: Brinco pingente Tuxá

Autoria: Aleixo Cruz Santos (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 10cm, 4cm, 3cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2

Observações: Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, brinco pingente é um adorno corporal que tem uma parte para ser introduzida e fixada ao lóbulo da orelha, e outra pendente. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>



Número de registro: 2024.17.0177

Objeto/Título: Brinco pingente Tuxá

Autoria: Aleixo Cruz Santos (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 10cm, 4cm, 3cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, brinco pingente é um adorno corporal que tem uma parte para ser introduzida e fixada ao lóbulo da orelha, e outra pendente. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0181

Objeto/Título: Campiô Tuxá (cachimbo)

Autoria: Sandro Hwaty (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 13cm, 4,5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, campião, uma espécie de cachimbo, é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>

Número de registro: 2024.17.0182

Objeto/Título: Campiô Tuxá (cachimbo)

Autoria: Sandro Hwaty (Tuxá)

Local de execução: Rodelas, Bahia, Brasil

Dimensões: 10cm, 4,5cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, campiô, uma espécie de cachimbo, é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Além da aldeia na De acordo o Instituto Socioambiental, o povo Tuxá vive principalmente no município de Rodelas, às margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. O “Toré” e o “particular” são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os indígenas, sem distinção de idade e sexo. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, de madeira ou barro, e de um apito especial de madeira para atrair as forças protetoras da “aldeia”. O “Particular” constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos Tuxá casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>

Número de registro: 2024.17.0094

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 40cm, 13cm

Material/Técnica: Caroá, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmária à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de

fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0095

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 32cm, 13cm

Material/Técnica: Caroá, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmária à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de

fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0096

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 38cm, 13cm

Material/Técnica: Caroa, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2

Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de



fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0097

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 40cm, 13cm

Material/Técnica: Caroa, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saioté (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmária à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de

fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0098

Objeto/Título: Aió Pankararu (bolsa)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 100cm, 20cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: Aió é uma espécie de bolsa de caça tira colo. O termo “aió” faz parte do léxico nordestino, não se tratando necessariamente de um termo de origem Pankararu. Nessa bolsa costuma-se levar os apetrechos para realizar as “obrigações” dos praiás. No corpo da peça, há uma gravura representando a máscara praiá. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zonal sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituiu famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade,

voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciasse um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0099

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 36cm, 38cm

Material/Técnica: Caroa, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Exposição permanente

Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmária à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de



fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0100

Objeto/Título: Aió Pankararu (bolsa)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 75cm, 13cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Aió é uma espécie de bolsa de caça tira colo. O termo “aió” faz parte do léxico nordestino, não se tratando necessariamente de um termo de origem Pankararu. Nessa bolsa costuma-se levar os apetrechos para realizar as “obrigações” dos praiás. No corpo da peça, há uma gravura representando a máscara praiá. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zonal sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituiu famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade,

voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciasse um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0101

Objeto/Título: Foice Pankararu (madeira)

Autoria: Pankararu

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: -

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 5, Armário 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual. Foice é um instrumento composto de uma lâmia curva presa a um cabo. Nesse caso, o objeto de madeira faz a alusão a uma foice. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zonal sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituiu famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciasse um bom

inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0102

Objeto/Título: Arco Pankararu

Autoria: Pankararu

Local de execução: Tacaratu, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 67cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zonal sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituiu famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem

sido cobertas ou quando se anunciasse um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0171

Objeto/Título: Praiá Pankararu (miniatura)

Autoria: João Gomes da Silva (João Gouveia) e Jaci Torres da Silva (Pankararu)

Local de execução: Jatobá, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 43cm, 19cm, 17cm

Material/Técnica: Caroá, penas de galinha, umburana, tecido cinta e garrafa pet

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 45,00

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos "Praiá" surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de "encantamento", superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmária à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de

fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0172.A

Objeto/Título: Praiá Pankararu

Autoria: Pankararu

Local de execução: Jatobá, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 0172: 1m48cm, 34cm, 15cm / 0172.A: 72cm, 74cm

Material/Técnica: Caroá, penas de galinha, umburana, tecido cinta

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 1, prateleira 2



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual. O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saioté (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos “Praiá” surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de “encantamento”, superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Segundo o Instituto Socioambiental, a Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. A única notícia oficial da presença de um aldeamento religioso no local, do qual não há o registro de fundação, diz respeito à sua extinção, em 1878. Em 1999, outra extensão de terra foi homologada e submetida a um novo processo de identificação sob o nome de Terra Indígena Entre Serras e em 2007 foi homologada. Atualmente, os Pankararu se dividem em dois

aldeamentos: “Entre Serras” e “Brejo dos Padres”. Os Pankararu de Real Parque, na zona sul do município de São Paulo, formam um grande grupo de pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo, São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá constituído famílias. Inicialmente era um fluxo apenas de homens, que saíam da área indígena para trabalhar curtos períodos em São Paulo, como forma de reequilíbrio do orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergenciais. Sem se integrarem à cidade, voltavam sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas ou quando se anunciava um bom inverno. A partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, no entanto, que coincidiu aproximadamente com a idade adulta das primeiras gerações de crianças alfabetizadas pelo posto indígena, as mulheres intensificam suas viagens e aparentemente passaram a servir de base para permanências mais estáveis. A cada núcleo familiar instalado lá, tornava-se mais fácil e provável que novos jovens percorressem o mesmo caminho, fazendo com que essas viagens assumissem um caráter sistemático e familiar. O fato de construírem uma base espacial relativamente homogênea, logrando reproduzir uma organização política e ritual, diminuiu os custos materiais e afetivos dessas migrações, permitindo uma efetiva reterritorialização. Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligados ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>

Número de registro: 2024.17.0103

Objeto/Título: Maracá Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos (Pankararé)

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 49cm, 19cm

Material/Técnica: Côco, semente de mucumã (olho de boi) e pena de ema

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1

Observações: Objeto imunizado em 19/09/2012. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força



de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0104

Objeto/Título: Maracá Pankararé (chocalho globular)

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 34cm, 13cm

Material/Técnica: Côco, semente de mucumã (olho de boi)

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições,

os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0105

Objeto/Título: Cachimbo Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 17cm, 7cm, 6cm

Material/Técnica: Madeira de jurema

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o ‘Toré’ e o ‘Praia’, rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de

homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0106

Objeto/Título: Cachimbo Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 17cm, 7cm, 6cm

Material/Técnica: Madeira de jurema

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o ‘Toré’ e o ‘Praia’, rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de

homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0107

Objeto/Título: Cantil Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 120cm, 100cm, 7cm

Material/Técnica: Caroá, semente de mucunã (olho de boi)

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cantil é um recipiente pequeno usado para armazenar água ou óleo contra mosquitos, durante viagens, geralmente manufaturado com cabaça, com tampa trançada e alça. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praíá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente',

acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0108

Objeto/Título: Chapéu Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 80cm, 35cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, chapéu é uma peça de indumentária, com copa e abas, destinada a cobrir a cabeça. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o ‘Toré’ e o ‘Praiá’, rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São

realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0109

Objeto/Título: Aió Pankararé (bolsa)

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 98cm, 58cm, 19cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: A peça foi imunizada em 19/9/2012. Aió é uma espécie de bolsa de caça tira colo. O termo “aió” faz parte do léxico nordestino, não se tratando necessariamente de um termo de origem Pankararu. Nessa bolsa costuma-se levar os apetrechos para realizar as “obrigações” dos praiás. No corpo da peça, há uma gravura representando a máscara praiá. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais

manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0110

Objeto/Título: Aió Pankararé (bolsa)

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 123cm, 92cm, 19cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 1



Observações: A peça foi imunizada em 19/9/2012. Aió é uma espécie de bolsa de caça tira colo. O termo “aió” faz parte do léxico nordestino, não se tratando necessariamente de um termo de origem Pankararu. Nessa bolsa costuma-se levar os apetrechos para realizar as “obrigações” dos praiás. No corpo da peça, há uma gravura representando a máscara praiá. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais

manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0111

Objeto/Título: Saiote Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 123cm, 92cm, 19cm

Material/Técnica: Caroá

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 25,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 3



Observações: Saiote de fibra de croá, indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praia', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito,

tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0112

Objeto/Título: Máscara Praiá Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 2m10cm, 65cm

Material/Técnica: Caroá, penas de jacú e guiné

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 400,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Na legenda da exposição, há as seguintes informações: “O praiá é um ritual que faz parte do culto aos encantados (seres espirituais míticos da natureza) promovendo a união entre o universo dos encantados e dos homens. A indumentária, também chamada praiá, é usada apenas por homens que, ao vesti-la, tornam-se o praiá. O pajé dirige o rito que acontece no Terreiro do Nascente e no Terreiro do Poente, localizados no Brejo do Burgo, terra indígena Pankararé no estado da Bahia. O ritual também é praticado por outros povos indígenas com suas próprias particularidades, de acordo com a pintura que é feita no praiá pode-se distinguir o povo ao qual pertence. A peça exposta foi adquirida no povo Pankararé exclusivamente para o acervo do MUHNE, assim, ela não passou pelo ritual de consagração”. O praiá é uma máscara que cobre todo o corpo. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, máscara é uma indumentária de dança que se constitui num disfarce usado em cerimônias rituais que personifica entes sobrenaturais antropozoomorfos, constituído de "cara" (parte correspondente à cabeça), gola e saiote (partes correspondentes ao resto do corpo), formando uma veste que encobre a quase totalidade do corpo. Os rituais dirigidos aos “Praiá” surgem como fator central de identidade e de identificação dos desses povos indígenas, através dos Encantados. Estes são entes regulares nas cosmologias indígenas e afro-indígenas do norte e do nordeste brasileiros, atuando, principalmente, nos processos cura-doença. Caracterizam-se pelo fato de serem pessoas que passaram de forma volitiva por um processo de “encantamento”, superando, assim, o ato da morte. Tal transformação possibilita que os Encantados se diferenciem dos espectros dos mortos e assumam formas exteriores múltiplas, devendo ser caracterizados como pessoas que podem ser vistas apenas pelos pajés e mestres rituais, auxiliando-os de forma decisiva em suas atividades. Já Praiá é um tipo

de Encantado que dança no terreiro usando vestes especiais portadas por um "moço" que é, simultaneamente, seu pupilo e corpo físico durante as apresentações no terreiro de toré. Os Praiá são chamados de Mestre e denominados por mediante referências simbólicas diversas. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripancó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0113

Objeto/Título: Maracá Pankararé (chocalho globular)

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 28cm, 12cm

Material/Técnica: Côco, semente de mucunã (olho de boi)

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições,

os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0114

Objeto/Título: Campiô Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 14cm, 2cm, 5cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: O campião (cachimbo) é um instrumento utilizado no dia a dia e nos rituais dos indígenas do Nordeste. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripancó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com

grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0115

Objeto/Título: Campiô Pankararé

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 13cm, 6cm

Material/Técnica: Madeira

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 30,00

Data de aquisição: 19/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: O campião (cachimbo) é um instrumento utilizado no dia a dia e nos rituais dos indígenas do Nordeste. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripancó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições, os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com

grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0116

Objeto/Título: Cocar Pankararé (diadema)

Autoria: Cícero Rodrigues dos Santos – Cícero Marruá

Local de execução: Glória, Bahia, Brasil

Dimensões: 43cm, 20cm

Material/Técnica: Penas de ema, sementes de jatobá

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 25,00

Data de aquisição: 22/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 1, prateleira 3

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, diadema, em forma de cocar, é um adorno corporal para a cabeça, no qual as penas, ou as varetas que as sustentam, concentram-se na frente, aproximadamente de orelha a orelha, geralmente ultrapassando bastante o suporte onde são inseridas (cordel-base ou faixa tecida), diminuindo gradativamente de tamanho, do centro para os lados. Os Pankararé vivem no município de Glória, próximo a Paulo Afonso, estado da Bahia junto a divisa com Pernambuco e Alagoas. Como seus parentes Pankararu, Kantaruré e Jiripancó, entre outros, são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Dentre as missões religiosas fundadas à época, se destacam as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. As missões foram extintas em meados do século seguinte e a população indígena remanescente se tornou alvo de pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a migrar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serras dispersos na caatinga adjacente, que eram parte de sua antiga área de dispersão e perambulação. Já em meados do século XIX se pode identificar a consolidação de dois novos núcleos constituídos por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, onde habitam os Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro desses núcleos originaria mais dois, em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana. Após um longo período de afastamento das suas práticas tradicionais, por força de violências e proibições,



os Pankararé retomaram ativamente tais manifestações, valendo-se para isso de sua aproximação com os Pankararu. Realizam com grande regularidade o 'Toré' e o 'Praiá', rituais que se distinguem por contar o primeiro com a participação de homens e mulheres, enquanto que ao segundo, de caráter mais restrito, tem acesso apenas os homens, que utilizam obrigatoriamente as roupas rituais. São realizados em terreiros específicos, o do 'Nascente' e o do 'Poente', acompanhados do consumo de uma bebida feita da entrecasca da jurema, reservada especialmente para essas ocasiões. O pajé é a figura central, dirigindo todas as fases do ritual.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankarar%C3%A9>

Número de registro: 2024.17.0117

Objeto/Título: Maracá Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Dimensões: 41cm, 12cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 5,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0118

Objeto/Título: Maracá Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Dimensões: 36cm, 12cm, 10cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 5,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0119

Objeto/Título: Machado Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de jenipapo e cordão

Dimensões: 69cm, 25cm, 5cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 10,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, machado é um instrumento cortante encabado usado para rachar lenha, para aparelhar madeira, ou em atividades agrícolas. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0120

Objeto/Título: Machado antropomorfo Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de jenipapo e cordão

Dimensões: 80cm, 25,5cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 10,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: O machado tem representação antropomorfa na extremidade superior. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, machado é um instrumento cortante encabado usado para rachar lenha, para aparelhar madeira, ou em atividades agrícolas. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0121

Objeto/Título: Machado Xukuru-Kariri (com pedra)

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de jenipapo e cordão

Dimensões: 60cm, 23cm, 4cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 10,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, machado é um instrumento cortante encabado usado para rachar lenha, para aparelhar madeira, ou em atividades agrícolas. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0122

Objeto/Título: Lança Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de massaranduba e embaúba

Dimensões: 1m44cm, 7cm, 4cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, lança é uma perfurante de arremesso manual direto constituída de vara e de ponta, geralmente formando uma só peça, morfologicamente semelhante a uma flecha, porém de madeira mais grossa, usada na caça a animais. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0123

Objeto/Título: Lança Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de jenipapo e cordão

Dimensões: 1m26cm, 7cm, 4cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 5, armário 2



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, lança é uma perfurante de arremesso manual direto constituída de vara e de ponta, geralmente formando uma só peça, morfologicamente semelhante a uma flecha, porém de madeira mais grossa, usada na caça a animais. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0124.A.B

Objeto/Título: Arco e flechas Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de embaúba e pena de galinhas

Dimensões: 0124: 1m13cm, 16cm, 6,5cm / 0124.A 74cm, 3cm, 2cm / 0124.B 65cm, 5cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Conjunto: um arco e duas flechas. As duas flechas foram imunizadas em 19/09/2012. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas; já flecha lanceolada é uma arma de arremesso que se constitui num tipo de flecha cuja ponta é em forma de lança, feita de taquara ou de metal. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0125.A.B

Objeto/Título: Arco e flechas Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de embaúba e pena de galinhas

Dimensões: 0124: 126cm, 6,5cm / 0124.A 73cm, 3cm / 0124.B 73cm, 3cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 20,00

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Conjunto: um arco e duas flechas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas; já flecha lanceolada é uma arma de arremesso que se constitui num tipo de flecha cuja ponta é em forma de lança, feita de taquara ou de metal. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0126

Objeto/Título: Sarabatana Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de embaúba e pena de galinhas

Dimensões: 75,5cm, 6cm, 4cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 5,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Peça composta por uma sarabatana e duas setas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, sarabatana é uma arma de sopro ofensiva, formada de tubo oco no qual se introduzem pequenas setas envenenadas com curare que são propulsionadas pelo sopro contra o alvo, normalmente transportadas em carcases. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0127

Objeto/Título: Buzo Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de embaúba e pena de galinhas

Dimensões: 32cm, 84cm, 5cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 15,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Buzo é um instrumento de sopro utilizado junto à percussão do toré. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, o objeto se enquadra como trombeta, um instrumento de sopro formado por um tubo longo e afunilado na extremidade. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco)



Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0128

Objeto/Título: Buzo Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Madeira de embaúba e pena de galinhas

Dimensões: 30cm, 83cm, 5cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 5,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Buzo é um instrumento de sopro utilizado junto à percussão do toré. Segundo o Tesauro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, o objeto se enquadra como trombeta, um instrumento de sopro formado por um tubo longo e afunilado na extremidade. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0129

Objeto/Título: Cárcas Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 30cm, 83cm, 5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, carcás é um recipiente acessório da sarabatana, provido de alça, no qual são acondicionadas pequenas setas. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0131.A.B

Objeto/Título: Sarabatana Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Penas, sementes e madeira

Dimensões: 0131: 65cm, 7,5cm. 0131.A.: 31,5cm, 5cm. 0131.B.: 31,5cm, 5cm

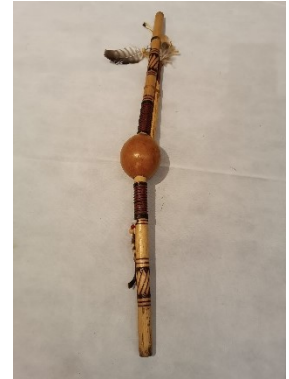
Aquisição: Compra

Valor: R\$ 5,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Exposição permanente

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, sarabatana é uma arma de sopro ofensiva, formada de tubo oco no qual se introduzem pequenas setas envenenadas com curare que são propulsionadas pelo sopro contra o alvo, normalmente transportadas em carcasses. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).



Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0132

Objeto/Título: Tiara Xukuru-Kariri

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 48cm, 23cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Exposição permanente

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, tiara é um adorno corporal usado centrado no vértice da cabeça, sustentado sobre uma faixa trançada em forma de calha, manufaturado com produtos de origem animal e vegetal. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0133

Objeto/Título: Cocar Xukuru-Kariri (coroa radial)

Autoria: Célia da Silva Gomes (Xukuru-Kariri)

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Material / Técnica: Penas e cordão de algodão

Dimensões: 75cm, 34cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 21/11/2008

Localização: Exposição permanente

Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, coroa radial é um adorno corporal que se constitui num tipo de coroa, composto, geralmente, de duas abas de palha trançada e feiras de penas dispostas entre elas no sentido do centro para a borda externa, colocadas ao redor da cabeça em sentido radial. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0173

Objeto/Título: Cachimbo Xukuru-Kariri

Autoria: Xukuru-Kariri

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Dimensões: 7cm, 14cm, 4cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 15,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Não há informação sobre a autoria individual da peça. No entanto, comparando o grafismo de outras peças Xukuru-Kariri, podemos afirmar que esse objeto pertence a mesma etnia. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0174

Objeto/Título: Cachimbo Xukuru-Kariri

Autoria: Xukuru-Kariri

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

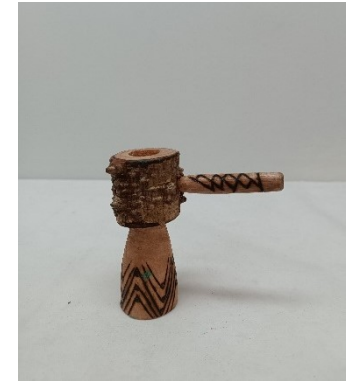
Dimensões: 11cm, 13cm, 6cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 15,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5



Observações: Não há informação sobre a autoria individual da peça. No entanto, comparando o grafismo de outras peças Xukuru-Kariri, podemos afirmar que esse objeto pertence a mesma etnia. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Indígenas, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>

Número de registro: 2024.17.0175

Objeto/Título: Cachimbo Xukuru-Kariri

Autoria: Xukuru-Kariri

Local de execução: Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil

Dimensões: 12cm, 18cm, 6cm

Aquisição: Compra

Valor: R\$ 15,00

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 3, prateleira 5

Observações: Não há informação sobre a autoria individual da peça. No entanto, comparando o grafismo de outras peças Xukuru-Kariri, podemos afirmar que esse objeto pertence a mesma etnia. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, agreste de Alagoas, onde a TI está localizada. O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os “Xucuru” e grupos “Cariri”. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri. A referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado “História da Palmeira”, escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899, provavelmente em 1879. Segundo ele, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia de Simbres (Cimbres, atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Os Cariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru-Kariri>



Número de registro: 2024.17.0134

Objeto/Título: Chanduca Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Angico

Dimensões: 8cm, 20cm, 7cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas

consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0135

Objeto/Título: Chanduca Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Angico

Dimensões: 8cm, 22cm, 7cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas

consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0136

Objeto/Título: Maracá Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Coité, sementes e pena

Dimensões: 60cm, 9cm, 9cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3

Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.). Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa



sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0137

Objeto/Título: Machado Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira de angico, caroá, Ouricuri, pedra, cordão, anilina, toá

Dimensões: 60cm, 9cm, 9cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o “Tesauro de cultura material dos indígenas no Brasil”, machado é um instrumento cortante encabado usado para rachar lenha, para aparelhar madeira, ou em atividades agrícolas. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica,

onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0138

Objeto/Título: Borduna Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira canela de veado

Dimensões: 1m6cm, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que

conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0139

Objeto/Título: Lança foliácea Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira piranha

Dimensões: 1m6cm, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, lança é uma arma perfurante de arremesso manual direto constituída de vara e de ponta, geralmente formando uma só peça, morfologicamente semelhante a uma flecha, porém de madeira mais grossa, usada na caça a animais; já lança foliácea é uma arma de arremesso perfurante, cuja ponta assemelha-se à forma de folha vegetal. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que

conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0140

Objeto/Título: Buzo Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira pinhão, palha e tecido

Dimensões: 69cm, 6cm, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Buzo é um instrumento de sopro utilizado junto à percussão do toré e cafurna Fulni-ô. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, o objeto se enquadra como trombeta, um instrumento de sopro formado por um tubo longo e afunilado na extremidade. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado na zona fisiográfica do Sertão, a 273 quilômetros da capital do estado de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que se encontram as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também foram o

primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos. O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como nos Fulni-ô. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de alguns instrumentos musicais. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões. Ao longo do ritual são invocados os Encantados, entidades espirituais dessas tradições indígenas. As músicas tradicionais do povo Fulni-ô são o toré e a cafurna. O Toré é um ritual sagrado, o cântico coletivo sem letra é o único canto que usa instrumentos de sopro junto à percussão e que segundo seus praticantes é o mais antigo dos Fulni-ô. O toré afirma a união e é praticado em ocasiões especiais. As cafurnas, em Yaathê, são manifestações de sentido múltiplo, pois se referem à dança, à música, aos modos de cantar, à profecia, ao estilo e tradição e à estética.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0141

Objeto/Título: Buzo Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira pinhão, palha e tecido

Dimensões: 69cm, 6cm, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Buzo é um instrumento de sopro utilizado junto à percussão do toré e cafurna Fulni-ô. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, o objeto se enquadra como trombeta, um instrumento de sopro formado por um tubo longo e afunilado na extremidade. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras

décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0142

Objeto/Título: Esteira Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de ouricuri

Dimensões: 1m71cm, 89cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, esteira é um utensílio trançado de duas dimensões, de tamanhos variados, usado como leito, assento, cobertura, divisória interna das casas, tapume das entradas das casas, paravento, cobertura de carga, ou como parte de máscaras rituais. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar

o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0143

Objeto/Título: Testeira Fulni-ô (anana)

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de ouricuri

Dimensões: 80cm, 2cm, 1cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Os metadados anteriores afirmam que se trata de um “anana”, mas não foi encontrado o significado em pesquisa. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, testeira é um adorno corporal manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras

décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0144

Objeto/Título: Saiote Fulni-ô (khayo)

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de croá

Dimensões: 44cm, 1m40m, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Os metadados anteriores afirmam que se trata de um “khayo”, mas não foi encontrado o significado em pesquisa. Saiote de fibra de croá é uma indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0145

Objeto/Título: Saiote Fulni-ô (khayo)

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de croá

Dimensões: 40cm, 1m40m, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Os metadados anteriores afirmam que se trata de um “khayo”, mas não foi encontrado o significado em pesquisa. Saiote de fibra de croá é uma indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0146

Objeto/Título: Vassoura Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 435m, 10cm, 8cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. A peça foi imunizada em 19/09/2021. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vassoura é um utensílio doméstico manufaturado com taliscas de cipó ou de piaçaba, usado para o asseio de ambientes. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX,

período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0147

Objeto/Título: Vassoura Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 40cm, 1m40m, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. A peça foi imunizada em 19/09/2021. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, vassoura é um utensílio doméstico manufaturado com taliscas de cipó ou de piaçaba, usado para o asseio de ambientes. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX,

período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0148

Objeto/Título: Abano Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 26cm, 18cm, 1cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, abano é um utensílio manufaturado segundo técnicas do trançado, de forma variada (retangular, trapezoidal, triangular, quadrado), semelhante a uma pequena esteira, provido de uma parte superior mais resistente para empalmar, utilizado comumente para atizar o fogo e para abanar-se. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o

primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0149

Objeto/Título: Abano Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 40cm, 1m40m, 4cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 3



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, abano é um utensílio manufaturado segundo técnicas do trançado, de forma variada (retangular, trapezoidal, triangular, quadrado), semelhante a uma pequena esteira, provido de uma parte superior mais resistente para empalmar, utilizado comumente para atizar o fogo e para abanar-se. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o

primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0150

Objeto/Título: Bolsa trançada Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 42cm, 29m, 7cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0151

Objeto/Título: Bolsa trançada Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 38cm, 28cm, 5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0152

Objeto/Título: Bolsa trançada Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 33cm, 26cm, 13cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0153

Objeto/Título: Bolsa oval trançada Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 52cm, 26cm, 5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0154

Objeto/Título: Bolsa oval Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 72cm, 22m, 11cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0155

Objeto/Título: Bolsa oval Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 76cm, 29m, 2cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0156

Objeto/Título: Aloá Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 71cm, 26cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Aloá é uma espécie de bolsa de caça tira colo. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido

a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0157

Objeto/Título: Aloá Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 86cm, 34cm, 36cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Aloá é uma espécie de bolsa de caça tira colo. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido

a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0158

Objeto/Título: Cesto Fulni-ô

Autoria: Jardelim Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Ouricuri

Dimensões: 42cm, 44cm, 29cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cesto é um utensílio manufaturado com elementos vegetais (palha, tala) adredemente preparados, segundo técnicas do trançado, provido ou não de alças e de tampa, com várias utilidades: transporte de carga ou de bebês, guarda ou serviço de alimentos, guarda de utensílios domésticos ou pessoais etc. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar

o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0159

Objeto/Título: Cesto estojiforme Fulni-ô

Autoria: Jardelim Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Ouricuri

Dimensões: 25cm, 35cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cesto estojiforme é um recipiente trançado com formato de caixa, cofre ou estojo, com paredes singelas ou duplas, com entremeio de folha, de textura rígida, usado na guarda de objetos preciosos, como os plumários. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX,

período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0160

Objeto/Título: Cesto Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: -

Dimensões: 32cm, 32cm, 30cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cesto é um utensílio manufaturado com elementos vegetais (palha, tala) adredemente preparados, segundo técnicas do trançado, provido ou não de alças e de tampa, com várias utilidades: transporte de carga ou de bebês, guarda ou serviço de alimentos, guarda de utensílios domésticos ou pessoais etc. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua,

o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0161

Objeto/Título: Flecha farpada Fulni-ô

Autoria: Abidon dos Santos Xixia (Fulni-ô)

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

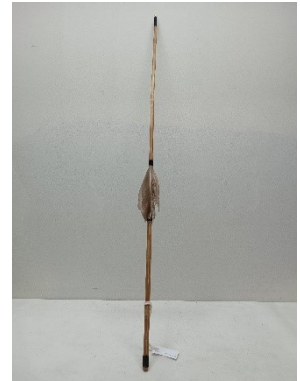
Material / Técnica: Pena de guiné, ponta de osso e bambu

Dimensões: 1m4cm, 5cm, 1cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Peça imunizada em 19/09/2012. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flecha farpada é uma arma de arremesso que se constitui num tipo de flecha com ponteira de madeira, osso ou metal, provida de fiska terminal e farpas distribuídas por um ou ambos os lados. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento

no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0162.A

Objeto/Título: Arco e flecha farpada Fulni-ô

Autoria: Abidon dos Santos Xixia (Fulni-ô)

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Pena de guiné, ponta de osso, bambu, madeira, cordão de algodão

Dimensões: 0162: 1m,5cm 0162.A: 95cm, 5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Reserva Técnica, Sala 7, Armário 3, Prateleira 1



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Peça imunizada em 19/09/2012. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flecha farpada é uma arma de arremesso que se constitui num tipo de flecha com ponteira de madeira, osso ou metal, provida de fisga terminal e farpas distribuídas por um ou ambos os lados; já arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flechas. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô

são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0163

Objeto/Título: Chanduca Fulni-ô

Autoria: Abidon dos Santos Xixia (Fulni-ô)

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira

Dimensões: 9,5cm, 28cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, cachimbo é um utensílio mágico-ritual usado para o consumo de tabaco durante cerimônias rituais. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao

Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0164

Objeto/Título: Bolsa trançada Fulni-ô

Autoria: Abidon dos Santos Xixia (Fulni-ô)

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Palha de Ouricuri

Dimensões: 43,5cm, 28cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas”

puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0165

Objeto/Título: Borduna Fulni-ô

Autoria: Abidon dos Santos Xixia (Fulni-ô)

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material / Técnica: Madeira, caroá, cordão de algodão e pedra

Dimensões: 72,5cm, 7,5cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 20/11/2008

Localização: Exposição permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, borduna é uma arma de choque contundente, feita de madeira dura e pesada, usada como cacete para bordoar, na qual distinguem-se o cabo, o cinto de separação entre o cabo e o corpo da arma, o segmento superior, o inferior e a extremidade basal, e que apresenta diversas formas na metade inferior do corpo e diversos tipos de decoração. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que

conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 2024.17.0179

Objeto/Título: Flecha indígena (não identificada)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 4cm, 57cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Objeto imunizado 19/09/2012. Não foi possível identificar autoria e a qual etnia a peça pertence. Não foi possível identificar autoria e a qual etnia a peça pertence. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a e formas e a matéria-prima das ponteiras.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0180

Objeto/Título: Flecha indígena (não identificada)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 57cm, 2cm, 2cm

Material/Técnica: -

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Objeto imunizado 19/09/2012. Não foi possível identificar autoria e a qual etnia a peça pertence. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a e formas e a matéria-prima das ponteiras.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0183

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 59cm, 41cm, 2cm, 3cm

Material/Técnica: Croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 4

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0184

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 150cm, 64cm, 6cm

Material/Técnica: Croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 4

Observações: Imunizada em 19/09/2012. Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0185

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 80cm, 62cm, 6cm

Material/Técnica: Croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 4

Observações: Imunizada em 19/09/2012. Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesauroidedeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0186

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 60cm, 145cm, 4,5cm

Material/Técnica: Croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 3

Observações: Imunizada em 19/09/2012. Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesauroidedeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0187

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 70cm, 47cm, 3cm

Material/Técnica: Croá

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 3

Observações: Imunizada em 19/09/2012. Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesauroidedeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0188

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 47cm, 125cm, 6cm

Material/Técnica: Palha de côco

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 3

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0189

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 98cm, 70cm, 12cm

Material/Técnica: Palha de côco

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0190

Objeto/Título: Braçadeira (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 18cm, 72cm, 4cm

Material/Técnica: Palha de côco

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, braçadeira é um adorno corporal trançado ou tecido, muitas vezes ornamentado com produtos naturais (sementes, plumas etc.) ou industrializados (miçanga), e provido de borlas e/ ou franjas, usado na altura do bíceps.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0191

Objeto/Título: Braçadeira (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 18cm, 72cm, 4cm

Material/Técnica: Palha de côco

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, braçadeira é um adorno corporal trançado ou tecido, muitas vezes ornamentado com produtos naturais (sementes, plumas etc.) ou industrializados (miçanga), e provido de borlas e/ ou franjas, usado na altura do bíceps.

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0192

Objeto/Título: Saiote de toré (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 110cm, 26cm, 7cm

Material/Técnica: Palha de côco

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não há informações sobre a autoria ou a qual etnia pertence a peça. Indumentária que compõe as vestimentas para o ritual do toré.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0193

Objeto/Título: Maracá (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 30cm, 14cm, 12cm

Material/Técnica: Coité e sementes

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não foi possível identificar a autoria individual e se realmente se trata de uma peça que pertence a alguma etnia indígena. Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, o maracá, também conhecido como chocalho globular, é um instrumento de percussão cuja forma do recipiente fechado, no qual os elementos sonoros são acondicionados para serem percutidos, possui forma globular ou ovoide (cabaça, cuia, ovos de ema ou de jacaré, crânio de macaco, carapaça de tartaruga, cerâmica etc.).

Link:

<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0194

Objeto/Título: Pau de chuva (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 75cm, 8cm, 6cm

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6

Observações: Não foi possível identificar a autoria individual e se realmente se trata de uma peça que pertence a alguma etnia indígena. O pau de chuva é um instrumento musical idiofônico, ou seja, é o próprio corpo do instrumento que produz o som, instrumento de percussão e ritmo.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 2024.17.0195

Objeto/Título: Covo (não identificado)

Autoria: -

Local de execução: Brasil

Dimensões: 73cm, 65cm, 79cm

Material/Técnica: Cipó

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 5

Observações: Não foi possível identificar a autoria individual e se realmente se trata de uma peça que pertence a alguma etnia indígena. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, covo, também conhecido como matapi, é uma armadilha de pesca feita de varetas, unidas entre si por trançado torcido, oblonga, fechada em funil na parte posterior, alargada na do meio e extrovertida na anterior.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf>



Número de registro: 97.3.1.A.B

Objeto/Título: Urna funerária Kariri

Autoria: Kariri

Local de execução: Bom Jardim, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 97.3.1.A.B: 38cm, 29cm. 97.3.1.A.B: 23,5cm, 9cm

Material/Técnica: Argila / Cordelada – Alisada – Manchas Pretas

Aquisição: Doação

Data de aquisição: 1986

Localização: Exposição permanente

Observações: Importante: a peça não faz parte da coleção adquirida em 2008, tendo numeração anterior. Na legenda da exposição da peça, há as seguintes informações: “Cerâmica, 1500 anos atrás. Bom Jardim, Pernambuco. A urna foi encontrada durante as escavações arqueológicas, entre 1971 e 1973, coordenadas pelo doador da peça, arqueólogo e professor Armand François Laroche, na Fazenda Campinas Monte do Angico, na cidade de Bom Jardim, Pernambuco. O sepultamento em urnas possui uma carga simbólica, com elementos rituais que se relaciona com o universo religioso dos povos indígenas”. Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, urna funerária é um recipiente de cerâmica, muitas vezes em forma de gamela, com tampa, avantajado, para guarda de restos mortais. Kariri” é a designação da principal família de línguas indígenas do sertão do Nordeste do Brasil. Vários grupos locais ou etnias foram ou são referidos como pertencentes ou relacionados a ela.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e



Número de registro: 96.3.6

Objeto/Título: Colar de sementes Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Brasil

Dimensões: 28cm, 2cm, 1cm

Material/Técnica: Sementes

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual. A peça não está catalogada, apenas inventariada. Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o

reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: 96.3.7

Objeto/Título: Colar de sementes Fulni-ô

Autoria: Fulni-ô

Local de execução: Águas Belas, Brasil

Dimensões: 37cm, 2cm, 1cm

Material/Técnica: Sementes

Aquisição: Compra

Data de aquisição: 2008

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual. A peça não está catalogada, apenas inventariada. Segundo o “Tesouro de cultura material dos indígenas no Brasil”, colar é um adorno corporal trançado, tecido ou constituído de elementos ornamentais de origem animal (inclusive plumas e penas), vegetal, mineral ou industrializada, usado à volta do pescoço. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o

reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: CI.2024.050

Objeto/Título: Arco e flechas Bororo

Autoria: Bororo

Dimensões: 115cm, 4cm

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Conjunto com um arco e duas flechas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flecha; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiros. Segundo o Instituto Socioambiental, os Bororo se autodenominam Boe. O termo "Bororo" significa "pátio da aldeia" e atualmente é a denominação oficial. Boe Wadáru é o termo usado pelos Bororo para designar sua língua original. Posteriormente, um novo paradigma simplificou a classificação das línguas indígenas, reunindo-as segundo certas semelhanças, de modo que a língua bororo foi enquadrada no tronco linguístico Macro-Jê. O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as "bandeiras jesuítas" vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Em 1902, os Salesianos fundaram a Colônia do Sagrado Coração e iniciaram a catequese dos Bororo. Em 1906, criaram a Colônia do Sangradouro, que mais tarde acolheria os Xavante expulsos da área de Parabuburi.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>

Número de registro: CI.2024.051

Objeto/Título: Arco e flechas Bororo

Autoria: Bororo

Dimensões: 98cm, 2cm

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Conjunto com um arco e duas flechas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flecha; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiros. Segundo o Instituto Socioambiental, os Bororo se autodenominam Boe. O termo "Bororo" significa "pátio da aldeia" e atualmente é a denominação oficial. Boe Wadáru é o termo usado pelos Bororo para designar sua língua original. Posteriormente, um novo paradigma simplificou a classificação das línguas indígenas, reunindo-as segundo certas semelhanças, de modo que a língua bororo foi enquadrada no tronco linguístico Macro-Jê. O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as "bandeiras jesuítas" vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Em 1902, os Salesianos fundaram a Colônia do Sagrado Coração e iniciaram a catequese dos Bororo. Em 1906, criaram a Colônia do Sangradouro, que mais tarde acolheria os Xavante expulsos da área de Parabuburi.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>

Número de registro: CI.2024.052

Objeto/Título: Arco e flechas Bororo

Autoria: Bororo

Dimensões: 120cm, 3cm, 2cm

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Conjunto com um arco e duas flechas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flecha; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiros. Segundo o Instituto Socioambiental, os Bororo se autodenominam Boe. O termo "Bororo" significa "pátio da aldeia" e atualmente é a denominação oficial. Boe Wadáru é o termo usado pelos Bororo para designar sua língua original. Posteriormente, um novo paradigma simplificou a classificação das línguas indígenas, reunindo-as segundo certas semelhanças, de modo que a língua bororo foi enquadrada no tronco linguístico Macro-Jê. O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as "bandeiras jesuítas" vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Em 1902, os Salesianos fundaram a Colônia do Sagrado Coração e iniciaram a catequese dos Bororo. Em 1906, criaram a Colônia do Sangradouro, que mais tarde acolheria os Xavante expulsos da área de Parabuburi.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>

Número de registro: CI.2024.053

Objeto/Título: Arco e flechas Bororo

Autoria: Bororo

Dimensões: 102cm, 3cm, 2cm

Localização: Reserva técnica, sala 7, armário 2, prateleira 6



Observações: Conjunto com um arco e duas flechas. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, arco é uma arma de arremesso constituída de ripa de madeira recurvada por desbastamento e pela ação do calor, provida de corda, usada para arremessar flecha; já flecha é uma arma perfurante usada como projétil do arco, constituída de haste de taquara, provida comumente de emplumação na extremidade próxima do atirador e de ponteira aguçada na outra, cujas principais características são a variedade de formas e a matéria-prima das ponteiros. Segundo o Instituto Socioambiental, os Bororo se autodenominam Boe. O termo "Bororo" significa "pátio da aldeia" e atualmente é a denominação oficial. Boe Wadáru é o termo usado pelos Bororo para designar sua língua original. Posteriormente, um novo paradigma simplificou a classificação das línguas indígenas, reunindo-as segundo certas semelhanças, de modo que a língua bororo foi enquadrada no tronco linguístico Macro-Jê. O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as "bandeiras jesuítas" vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Em 1902, os Salesianos fundaram a Colônia do Sagrado Coração e iniciaram a catequese dos Bororo. Em 1906, criaram a Colônia do Sangradouro, que mais tarde acolheria os Xavante expulsos da área de Parabuburi.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>

Número de registro: 60.8.1

Objeto/Título: Bolsa trançado Fulni-ô

Autoria: -

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Dimensões: 52cm, 40cm, 3cm

Aquisição: -

Data de aquisição: -

Material/Técnica: Ouricuri

Localização: Exposição Permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>

Número de registro: CI.2024.054

Objeto/Título: Bolsa trançado Fulni-ô

Autoria: -

Local de execução: Águas Belas, Pernambuco, Brasil

Material/Técnica: Ouricuri

Dimensões: 53cm, 41cm, 2cm

Aquisição: -

Data de aquisição: -

Localização: Exposição Permanente



Observações: Não foi possível identificar a autoria individual da peça. Segundo o Tesouro de Cultura Material dos Indígenas do Brasil, bolsa trançada é um recipiente para transporte de pequenos pertences, raso, com alça, manufaturado segundo técnicas do trançado. Os Fulni-ô, que até o século XX eram conhecidos como Carnijós, atualmente habitam o município de Águas Belas, situado no sertão de Pernambuco. O município está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Fulni-ô significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Não se têm notícias do ano em que foram aldeados; o certo é que, em meados do século XVIII, já eram designados pelo nome de Carnijós. É possível que nesta aldeia tenham se fundido elementos provenientes de vários grupos étnicos que mais tarde se reorganizaram de forma clânica, adotando então o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô. A vida dos Fulni-ô transcorre em duas aldeias. Uma delas se localiza junto à cidade de Águas Belas. A aldeia sede é mais antiga que a própria cidade. Na parte central das terras do território indígena se encontra assentada a cidade de Águas Belas rodeada totalmente pelo território Fulni-ô. É nesta aldeia que estão as instalações do Posto Indígena General Dantas Barreto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a outra é o lugar sagrado do ritual do Ouricuri, local onde os Fulni-ô se reúnem e executam um ritual secreto que acontece de setembro a novembro, todos os anos. Uma parte do que acontece na aldeia do Ouricuri é de domínio público. Inclusive, o ritual é iniciado no primeiro domingo de agosto, com uma missa aberta ao público em geral. Um dos requisitos indispensáveis para poder participar do ritual do Ouricuri é a exigência de ser filho de pai e/ou mãe Fulni-ô. Além desse, existe outro requisito: o de assistir ao ritual do Ouricuri desde a mais tenra idade. Quem não o faz perde o direito de participar mais tarde e, portanto, deixa de ser considerado indígena Fulni-ô. Os Fulni-ô são o único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua, o Yaathê. Também é o primeiro povo indígena a ganhar o reconhecimento no Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como

emergência étnica, onde populações indígenas consideradas “extintas” puderam se organizar e reivindicar ao Estado Brasileiro sua existência legítima. Devido a isto, acabaram sendo procurados por outros grupos que também buscavam reconhecimento, passando a atuar como uma espécie de mediador em muitos desses processos.

Link: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesourodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf> e <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>